



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III

LEALDA MARIA DOS SANTOS

**JUVENTUDES EM DEFESA E ANUNCIAÇÃO DA CONVIVÊNCIA
COM O SEMIÁRIDO A PARTIR DO IRPAA/CENTRO DE FORMAÇÃO
DOM JOSÉ RODRIGUES**

JUAZEIRO – BA

2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III

LEALDA MARIA DOS SANTOS

JUVENTUDES EM DEFESA E ANUNCIAÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO A PARTIR DO IRPAA/CENTRO DE FORMAÇÃO DOM JOSÉ
RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade
do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências
Humanas - Campus III, como requisito para obtenção do título
de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Luzineide Dourado Carvalho

JUAZEIRO – BA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

S237j

Santos, Leal da Maria

Juventudes em defesa e anunciação da convivência com o semiárido a partir do
IRPAA/Centro de Formação Dom José Rodrigues / Lealda Maria Santos. Juazeiro-BA, 2022.
83 fls.: il.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Luzineide Dourado Carvalho.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de
Ciências Humanas. Campus III. 2022.

1. Juventude – Semiárido brasileiro. 2. Instituto Regional da Pequena Agropecuária
Apropriada – IRPAA. 3. Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR). 4. Convivência
com o semiárido. 5. Educação contextualizada. I. Carvalho, Luzineide Dourado. II. Universidade
do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.4209813

LEALDA MARIA DOS SANTOS

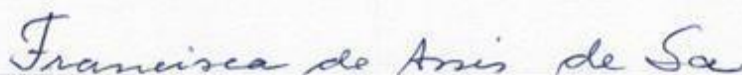
JUVENTUDES EM DEFESA E ANUNCIAÇÃO DA CONVIVÊNCIA COM O
SEMIÁRIDO A PARTIR DO IRPAA/CENTRO DE FORMAÇÃO DOM JOSÉ
RODRIGUES

Aprovado em 21 de julho de 2022.

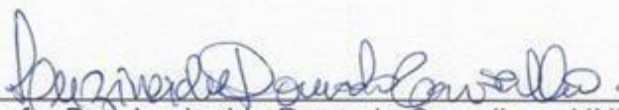
BANCA EXAMINADORA



Prof.Dr. Francisco De Assis – UNEB/DCHIII



Profa. Esp. Francisca De Sá – UNEB/DCHIII



Profa. Dra. Luzineide Dourado Carvalho – UNEB/DCHIII
(Orientadora)

Dedico esta monografia a minha mãe, pelo exemplo de coragem e perseverança, por ser a mulher que é, a minha família, em especial a minha sobrinha Ana Carol in memória e as juventudes do campo e aos povos do Semiárido Brasileiro e suas lutas incansáveis por uma Educação Contextualizada inclusiva e democrática.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado o dom da vida e por me manter sempre no caminho da verdade e justiça.

Agradeço a minha família, em especial minhas irmãs e irmão, a minha mãe que sempre me apoiou nos estudos e nos desafios da vida.

Ao meu esposo Judenilton, com quem compartilho minha vida, pai do meu maior tesouro, que é minha filha Liz.

À minha filha Liz, que vem me ensinando o que é o amor.

As minhas amigas Maiara Carvalho, Leticia Santos, Larice Franco, Eva Suzane, Nêmorea Café e Daniele Dias.

À prof^a Dr: Luzineide Dourado Carvalho, minha orientadora, por ter acreditado na realização desse trabalho, agradeço por todo apoio, compreensão e orientação, suas contribuições foram essenciais para execução desse trabalho.

Aos membros da banca prof^o Dr: Francisco de Assis da Silva e prof^a ESP: Francisca de Sá, que aceitaram gentilmente avaliar este trabalho e colaborar com o resultado final desta pesquisa.

Agradeço a professora Adeilda Ana, por todo carinho e cuidado, por ser exemplo de pessoa e profissional, sou grata por toda contribuição na minha trajetória pessoal e acadêmica.

Ao IRPAA, por acreditar no meu potencial pessoal e profissional, no qual integro o quadro de colaboradores, espaço que despertou meu olhar para o semiárido e todo seu contexto.

A todo o curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, corpo docente e discente, no qual sou muito grata por ter feito parte.

Meu muito obrigada à Aldenisse (nisse) e José Moacir por todo suporte, compreensão e colaboração na para realização desta pesquisa.

Meu muito obrigada a todos os estudantes do Centro de Formação Dom José Rodrigues/ Roça do IRPAA.

“Por seres tão inventivos e pareceres
contínuo, tempo, tempo, tempo, tempo, és
um dos deuses mais lindos.

Tempo, tempo, tempo, tempo...”

Caetano Veloso.

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEFDJR - Centro de Formação Dom José Rodrigues

CEB`s - Comunidades Eclesiais de Bases

CETEP-SF - Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco

CSAB - Convivência com o Semiárido Brasileiro

C.SS. R - Congregação do Santíssimo Redentor

DCH III - Departamento de Ciências Humanas

ENE - Educação não Escolar

ENF - Educação não Formal

EFA - Escola Família Agrícola

EFAS - Escolas Famílias Agrícolas de Sobradinho

ECCSAB - Educação Contextualizada para a Convivência com Semiárido Brasileiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

ONG - Organização Não Governamental

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PPP - Plano Político Pedagógico

RAFAISA - Rede de Escolas Família Agrícola do Semiárido

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SAB - Semiárido Brasileiro

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 01 - Nova Demarcação dos Municípios do SAB -----	26
Figura nº 02 - Centro de Formação Dom José Rodrigues-----	31
Figura nº 03 - Mapa do território Sertão do São Francisco -----	33
Figura nº 04 - Mapa da trilha da CSA-----	37
Figura nº 05 - Participação de jovens por gênero -----	61
Figura nº 06 - Estados e Cidades de origem dos estudantes-----	63
Figura nº 07 - Comunidades de Origem dos jovens -----	65
Figura nº 08 - Estudante de Escola Família Agrícola-----	66
Figura nº 09 - Período de início e de conclusão dos cursos e residência dos jovens--- -----	67
Figura nº 10 - Após a república, você teve/tem atuação social em algum espaço----- -----	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Base Conceitual e Seus Teóricos ----- 23

Quadro 2 – Materiais de Análise-----24

RESUMO

Tendo em vista a necessidade de debater e visibilizar a trajetória dos jovens das comunidades após passar pela experiência de educação contextualizada em espaço educativo não formal, como eles chegam em suas comunidades e de que forma esse jovem torna-se emancipador e protagonista a ponto de contribuir com as relações existentes, capaz de protagonizar ações em suas comunidades ou espaços em que ocupam, a partir das relações pré-existentes entre comunidade, jovem e espaço. Além de compreender a contribuição da Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro (ECCSAB) para formação de jovens/ juventudes que foram inseridos no Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) por meio do Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR), a pesquisa trata sobre essas Juventudes em Defesa e Anúnciação da Convivência com o Semiárido a partir desse lugar formativo. Tem como objetivo compreender o processo de inserção das juventudes no espaço educativo CFDJR, e as contribuições para a formação desses jovens como defensores e anunciadores de um novo lugar e voz para a região semiárida. Como objetivos específicos buscou-se compreender o projeto de convivência com Semiárido como um projeto de identidade regional e o IRPAA como um de seus protagonistas; apresentar a proposta da educação contextualizada e suas ações em rede e compreender o lugar do IRPAA nessa rede educativa; apresentar e descrever as ações desenvolvidas no CFDJR sobre a Convivência com o Semiárido; analisar de que forma o CFDJR contribui na formação emancipadora para os jovens que vivenciaram esta experiência e apreender a formação das juventudes do CFDJR para que as mesmas sejam anunciadoras dessas proposições identitárias. A pesquisa tem a abordagem Etnometodológica de cunho Quali-Quantitativa. Ao longo desse estudo, verificou-se que os espaços educativos não formais também produzem conhecimentos que contribuem de forma direta na emancipação das juventudes. O papel desempenhado pelas ONGs como o IRPAA, atuam na promoção do ensino a partir das práticas cotidianas e do processo de interação de diferentes grupos étnicos. Também se verificou que o itinerário pedagógico pela Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido é um diferencial na formação das juventudes, qualificando-as como protagonista da defesa e da anúncio da proposta da convivência, possibilitando que tais jovens sejam propulsores de um novo projeto de percepção e de ação sustentável com a região semiárida.

Palavras-chave: Semiárido Brasileiro. Convivência. CFDJR. Educação contextualizada. Juventudes do campo semiárido.

ABSTRACT

In view of the need to discuss and make visible the trajectory of the young people of the communities after going through the experience of contextualized education in a non-formal educational space, how they arrive in their communities and in what way this young person becomes emancipating and protagonist to the point of contributing to the existing relationships, capable of leading actions in their communities or spaces they occupy, based on the pre-existing relationships between community, young people and space. In addition to understanding the contribution of Contextualized Education for Coexistence with the Brazilian Semi-arid (ECCSAB) to the training of youth/youth who were inserted in the Regional Institute for Small Appropriate Agriculture (IRPAA) through the Dom José Rodrigues Training Center (CFDJR), the research deals with these Youth in Defense and Annunciation of Coexistence with the Semi-arid from this formative place. It aims to understand the process of insertion of young people in the CFDRJR educational space, and the contributions to the formation of these young people as defenders and announcers of a new place and voice for the semi-arid region. The specific objectives were to understand the project of living with the semi-arid region as a project of regional identity and the IRPAA as one of its protagonists; to present the proposal of contextualized education and its network actions and to understand the place of the IRPAA in this educational network; To present and describe the actions developed in the CFDJR about living with the semi-arid; to analyze how the CFDJR contributes to the emancipating formation for the young people who lived this experience and to apprehend the formation of the CFDJR's youths so that they become announcers of these identity propositions. The research has an Ethnomethodological approach of Quali-Quantitative nature. Throughout this study, it was verified that non-formal educational spaces also produce knowledge that directly contributes to the emancipation of young people. The role played by NGOs such as the IRPAA is to promote education based on the daily practices and interaction process of different ethnic groups. It was also verified that the pedagogical itinerary for Contextualized Education for Coexistence with the Semi-arid is a differential in the formation of young people, qualifying them as protagonists of the defense and announcement of the proposal of coexistence, enabling these young people to be propellers of a new project of apperception and sustainable action with the semi -arid region.

Keywords: Brazilian Semiarid. Coexistence. CFDJR. Contextualized Education. Youth of the semi-arid countryside.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA	21
3. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO COMO UM PROJETO IDENTITÁRIO.....	26
3.1 IRPAA: A CONVIVÊNCIA E A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA.....	28
3.1.1 CENTRO DE FORMAÇÃO DOM JOSÉ RODRIGUES (CFDJR)	30
3.2 DOM JOSÉ RODRIGUES: PATRONO DO CENTRO DE FORMAÇÃO	39
4. A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	42
4.1 A RESAB: UMA AÇÃO EM REDE PARA A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA.....	49
5. AS JUVENTUDES DO CAMPO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	52
5.1 CFDJR COMO MOBILIZADOR E FORMADOR DA JUVENTUDE PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	57
5.2 AS JUVENTUDES DO SAB EM DEFESA E ANUNCIAÇÃO DA CONVIVÊNCIA COMO NOVO LUGAR E VOZ DOS POVOS DO CAMPO SERTANEJOS.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE.....	79

1. INTRODUÇÃO

A identidade da pesquisadora que é oriunda de comunidade tradicional quilombola, localizada no município de Abaré na Bahia, e a sua vivência no Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR), roça do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) entre 2014 à 2015, foram fundamentais para escolha do tema desta pesquisa. Tal experiência oportunizou uma transformação pessoal e profissional no que diz respeito a compreensão do bem viver coletivo e suas relações. Durante o período de dois anos foi possível cursar técnico em agropecuária no Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão do São Francisco (CETEP-SF), município de Juazeiro em contrapartida era ofertado no CFDJR a educação continuada que em outras palavras nada mais é do que a prática que não era vista no curso técnico. Como estudante advinda da roça do IRPAA tive momentos de formação voltados para diversas áreas do conhecimento formações técnica e política, com foco na Convivência com o Semiárido através de cursos, palestras, seminários, intercâmbios e práticas de campo, ligados a extensão rural e educação contextualizada.

Estes espaços de vivência contribuíram para uma concepção ampla sobre diversos temas, inclusive sobre as comunidades rurais, sobre as mulheres, sobre as necessidades básicas do ser humano, sobre entender o lugar de fala e de escuta das juventudes, principalmente a juventude preta e do campo. São esses processos que tornam as juventudes, onde tenho a honra de estar incluída, como agentes responsáveis pelas ações individuais e coletivas, afim de construir uma sociedade igualitária em direitos e deveres. Por ser jovem a pesquisadora compreende as particularidades dos jovens que tem a mesma origem e que são responsáveis por mudanças a partir da compreensão da realidade e da necessidade de intervir nesta realidade para transforma-la (Freire, 1978).

O que motivou esta pesquisa foi a necessidade de debater e visibilizar a trajetória dos jovens das comunidades depois de passar por esse momento formativo, como eles chegam em suas comunidades e se a partir dessa formação o jovem se torna emancipador e protagonista a ponto de contribuir com as relações existentes? Essa formação agregou de fato valores, experiências, instigou e provocou buscar seu lugar de voz e vez? Capaz de protagonizar ações

em suas comunidades ou espaços em que ocupam, a partir das relações pré-existentes entre comunidade, jovem e espaço educativo?

O IRPAA é uma organização não governamental, fundada no ano de 1990 desde então defende a disseminação da convivência com o semiárido há 32, sendo conhecido não só nas comunidades rurais onde tem atuação através dos projetos de Assessoria Técnica e Extensão Rural, mas também em várias regiões do semiárido brasileiro - SAB. Além da experiência na promoção da educação continuada/ educação não escolar - ENE para os jovens filhos de agricultores/as rurais e que participam de ações socioeducativas, associações, movimento estudantil e igreja em suas comunidades de origem, sendo ele um modelo de formação que permite refletir sobre o meio no qual o jovem está inserido e os espaços externos, bem como compreender as particularidades regionais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

Compreende-se que a ENE pode ser conceituada como uma categoria temática que engloba práticas consideradas formativas situadas fora da escola. É, portanto, mais adequada para se referir aos espaços educativos em que ocorrem processos não formais e informais, embora em alguns casos seja possível reconhecer atividades formais que se desenvolvem fora da escola, em contextos não convencionais (SEVERO, 2015, p. 565).

O CFDJR conhecido como “roça do IRPAA”, contribuiu para a formação das juventudes na perspectiva de convivência com o semiárido a partir das relações de convivência com vários outros jovens. Busca uma abordagem contextualizada de acordo com a realidade, seja ela do jovem ou do espaço no qual faz parte.

A partir desse percurso buscou-se compreender a contribuição da educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro (ECCSAB) para formação de jovens/ juventudes que estão inseridos no Centro de Formação Dom José Rodrigues/ CFDJR.

Mesmo sendo a educação um direito de todo indivíduo independente da sua classe social ainda existe alguns entraves que não permitem esse acesso democrático e contextualizado, principalmente no âmbito das comunidades rurais. As organizações não governamentais - ONGS têm desenvolvido um papel muito importante na consolidação de uma educação emancipadora e democrática para o campo e para a cidade, ao ofertar informações que

contribuem para formação política e social dar também visibilidade ao protagonismo das juventudes.

A rede de Educação para Convivência com o Semiárido (RESAB) ao longo dos seus 28 anos tem desenvolvido um papel muito importante sobre as perspectivas no contexto do semiárido, promovendo a reflexão não só sobre os modelos de educação, mas também sobre as particularidades do semiárido, dos sujeitos, das questões climáticas, estiagens prolongadas, dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. A RESAB tem rediscutido o papel da educação e problematizado sob a educação contextualizada em diversos espaços, quebrando o paradigma de que a educação acontece apenas no espaço escolar. A rede soma-se a várias outras entidades que assim como as comunidades eclesiais de bases (CEB's) volta sua atenção para os povos de comunidades, além dos grupos sociais e das juventudes do semiárido que muito tem a ensinar a partir da convivência.

Por muitos anos os jovens não se encaixavam ou se sentiam parte da sociedade como um todo, pois os espaços, movimentos e ações e até mesmo em suas comunidades seja urbana ou rural não se debatia sobre as necessidades dessas juventudes. No plural, isso mesmo, pois não existe um padrão de juventudes não existe um rótulo e compreender a pluralidade e especificidades dessas juventudes já é o caminho para contribuir no seu processo emancipatório e na garantia para torná-los sujeitos de direito.

Não existe uma juventude, e sim várias juventudes, com uma variedade de particularidades relacionadas às condições sociais e históricas específicas, apesar de possuírem certos pontos em comum, Catani e Gilioli (2008). Nessa perspectiva os autores propõem o uso sociológico do termo no plural para referir-se a juventude – juventudes uma vez que o mesmo abrangeria a heterogeneidade do contexto dos sujeitos juvenis e de suas vivências, visto que essa etapa é vivida de maneira diversificada segundo contextos sócios históricos e circunstâncias variadas.

Desta forma a pesquisa aborda a jornada e trajetória da referida instituição, bem como a fomentação de suas ações para com as demais instituições e sociedade civil em especial na formação das juventudes oriundos das

comunidades rurais e que estão nos espaços não escolares, assim como os percalços e desafios da mesma na disseminação desse processo educativo, educ comunicativo presentes nesses espaços, tendo como enfoque a formação das juventudes camponesas, trazendo um novo olhar horizontal compreendendo as transversalidades em que se constituem maioria dos espaços escolares e seu próprio ambiente e/ou contexto, focando no protagonismo dessas juventudes.

Como se vê a educação é o principal pilar que forma e prepara os indivíduos, tanto pessoal como profissional e, que a mesma deve ser baseada nos princípios e no contexto dos quais os estudantes estão inseridos, anseia-se que a educação deve ser democrática e contextualizada para o campo e cidade. Desta forma compreender este espaço educativo não escolar e as ações pedagógicas desenvolvidas/ adotadas como ferramentas contribuintes na aprendizagem do ser, possibilita um despertar crítico e político das juventudes, baseando-se nas vivências e experiências de educação voltada para o contexto do semiárido, compreendendo o ser e a natureza.

A partir de situações vividas durante o processo de formação é possível problematizar sobre o lugar de fala destes sujeitos e como estas experiências tem contribuído para a emancipação da juventude do semiárido e as diversas contribuições que as mesmas dão para suas comunidades ao retornarem para suas comunidades de origem.

Nesse sentido a temática Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido se faz presente nos espaços em que consideramos a prática docente ou em ações promovidas por ONGs, onde a principal ferramenta que une as ações entre quem ensina e que aprende/ discentes ou docentes com uma mesma finalidade que é promover autonomia, pois existe uma compressão do contexto histórico, social, político e econômico do ser. Nessa perspectiva o problema a ser investigado no objeto de pesquisa foi. A educação não escolar proporciona emancipação das juventudes advindas do Centro de Formação Dom José Rodrigues? E como hipótese: Qual a contribuição do CFDJR para as juventudes do SAB?

A presente pesquisa tem como **objetivo Geral**:

1. Compreender o processo de inserção das juventudes do campo no espaço educativo Dom José Rodrigues, na perspectiva da educação contextualizada e as contribuições para a formação desses jovens como defensores e anunciadores de um novo lugar e voz para a região semiárida.

Objetivos específicos:

1. Compreender o projeto de convivência com semiárido como um projeto de identidade regional e o IRPAA como um de seus protagonistas;
2. Apresentar a proposta da educação contextualizada e suas ações em rede e compreender o lugar do IRPAA;
3. Apresentar e descrever as ações desenvolvidas no CFDJR sobre a convivência com o semiárido;
4. Analisar de que forma o CFDJR contribui na formação emancipadora para os jovens que vivenciaram esta experiência.;
5. Aprender a formação das juventudes do CFDJR e a qualificação para que sejam anunciadoras da convivência com semiárido.

O processo metodológico trata-se da pesquisa etnometodológica de cunho quali-quantitativa. Esta é classificada com base nos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica e análise documental. Somada as vivências da pesquisadora que também está entre os jovens que estudaram no CFDJR, além de se fazer uso no estudo em questão dos procedimentos: Observação, entrevistas, aplicação de questionário e análise de dados.

Os sujeitos da pesquisa foram as juventudes ingressas e egressos da república do IRPAA, pertencentes a comunidades rurais, tradicionais quilombolas, indígenas, ribeirinha, movimento sem-terra, fundo de pasto entre outros, sendo estes oriundos da região do semiárido brasileiro.

Dessa forma, a pesquisa encontra-se estruturada em cinco seções:

Segundo Capítulo: Trata da convivência com o semiárido como um projeto identitário e abordagem sobre a região semiárida na perspectiva da educação contextualizada. Além de discorrer sobre a trajetória do IRPAA e as ações de educação para convivência com o semiárido, bem como a trajetória percorrida

pelo Centro de Formação Dom José Rodrigues (CFDJR) para formação das juventudes do semiárido brasileiro, fortalecimento e divulgação das práticas para convivência com o semiárido, assim como o incentivo na proposta de repensar as políticas públicas para o semiárido, com foco na formação das juventudes.

Terceiro Capítulo: Dialoga sobre a educação contextualizada para convivência com o semiárido. Nessa também se apresenta a RESAB: Uma ação em rede para educação contextualizada.

Quarto Capítulo: As juventudes do campo semiárido brasileiro; o centro CFDJR como mobilizador e formador da juventude para convivência com o semiárido.

Quinto Capítulo: Serão analisados os resultados provenientes realização de entrevista e aplicação de questionários com atores importantíssimos, sujeitos de fala que participaram do processo.

As juventudes do SAB em defesa e anunciação como um novo lugar de voz dos povos do campo sertanejos. Perspectivas e ensinamentos a partir experiência no CFDJR.

2. METODOLOGIA

A pesquisa traz a abordagem etnometodológica de cunho qualitativo. A pesquisa etnometodológica trata-se de uma tentativa de analisar os procedimentos que os indivíduos utilizam para levar a termo as diferentes operações que realizam em sua vida cotidiana, tais como comunicar-se, tomar decisões e raciocinar (Gil, 2008).

Tem como locus da pesquisa o Centro de Formação Dom José Rodrigues também conhecido como a República do IRPAA. Localizada a 12 quilômetros de Juazeiro próximo ao bairro Jardim Primavera. Com uma área total de 30 hectares. É um espaço onde é realizado diversos eventos: Encontros, intercâmbios, seminários, conferências, etc... O espaço detém uma estrutura com a capacidade de abrigar até 60 pessoas no salão principal. Além de dispor de dormitórios femininos e masculinos, uma casa de apoio para equipe técnica do IRPAA, duas repúblicas destinadas aos estudantes residentes, uma biblioteca com acesso a livros, cartilhas e internet.

Estas práticas desenvolvidas por esses sujeitos funcionam como vitrines de demonstração das viabilidades e possibilidades de política pública para Convivência com o Seminário. Os jovens são protagonistas nos diversos processos durante sua permanência, inclusive nas apresentações dos setores durante a trilha pedagógica para convivência com o semiárido, realizada durante as vistas por quem visita ou participa de formações e intercâmbios no Centro de Formação Dom José Rodrigues.

Esta pesquisa é classificada com base nos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica e análise documental. Somada as vivências da pesquisadora que também está entre os jovens que estudaram no CFDJR, observação, entrevistas, aplicação de questionário e análise de dados.

Os jovens entrevistados na pesquisa estão usando pseudônimos (Frade, mandacaru e umbuzeiro). Já outro entrevistado gestor do IRPAA autorizou utilização de sua identidade.

O processo metodológico foi dividido em cinco etapas:

A primeira etapa foi o estudo bibliográfico, onde consistiu na buscar por materiais de aporte teórico e que aprofundaram os debates acerca das discussões voltadas para formação das juventudes, semiárido brasileiro, convivência com o semiárido e educação contextualizada para convivência com o semiárido brasileiro.

Conforme descrito nas tabelas a seguir o estudo apresentado nos quadros abaixo, onde reúnem autores que discorrem sobre os desafios e estratégias na política educacional voltados para o semiárido. Os escritos dos autores citados, trazem abordagens bastante significativas em relação à pluralidade e particularidade da educação contextualizada no semiárido brasileiro, fundamentais para presente pesquisa, pois além de enfatizar o papel da educação na formação do ser também fazem refletir sobre a região e espaço (político, social, econômico e cultural) que os sujeitos estão inseridos.

Quadro 1 - Base Conceitual e seus Teóricos

Assunto	Fonte	Autor
Juventudes	Livros; artigos; teses;	Adelson Dias da Silva Oliveira; Nilson Weisheimer; Gabriel Troilo; Judenilton Oliveira. S.S
Semiárido Brasileiro	Livros; artigos; teses; dissertação; relatórios técnicos; Articulação do Semiárido (ASA).	Joacir Rufino de Aquino; Maria Odete Alves; Haroldo Schistek; Naidison de Quintella Baptista;
Convivência com o Semiárido Brasileiro	Livros; artigos; teses; dissertação; relatórios técnicos.	Edmerson Reis; Luzineide Dourado Carvalho; Angela Kuster Beatriz Mattos (Vários autores);
Educação Contextualizada	Livros; artigos; teses; relatórios técnicos.	Luzineide Dourado Carvalho; Edmerson Reis; Angela Kuster Beatriz Mattos (Vários autores);
Educação em espaços não escolares	Livros; artigos; teses;	José Leonardo Rolim de Lima Severo; Gisele Pereira Anelo; Anilda Machado de Souza;

Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

Os materiais de análises são relatórios técnicos do IRPAA, cartilhas, teses e dissertações. (Tabela 2).

Quadro 2 – Materiais de análise

Tema	Autor	Ano
No Semiárido, Viver é Aprender a Conviver. (Conhecendo o Semiárido em Busca da Convivência)	Cícero Félix dos Santos; Haroldo Schistek; Maria Oberhofer	2007
Trilhando caminhos para a consolidação da Convivência com o Semiárido	Andrews Rafael Bruno de Araújo Cunha; Érica Daiane da Costa Silva; Lucineide Martins Araújo	2010
25 anos trabalhando para Convivência com o Semiárido	Haroldo Schistek	2015
Educação no contexto do Semiárido Brasileiro	Angela Kuster Beatriz Mattos (Vários autores)	2004

Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

A segunda etapa se deu a partir da observação e escolha dos/das sujeitos/sujeitas da pesquisa. O critério para escolha das/dos entrevistados foram a categorização por grupo indenitário. Para preservar a identidade será feito referência aos jovens a partir de suas origens identitárias. Povos indígenas, agricultura familiar, comunidade de Fundo de Pasto.

A terceira etapa consistiu na realização do roteiro de perguntas com base nos dados que se buscava analisar. As perguntas foram divididas em dois momentos distintos, primeiro aos colaboradores do instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA. O segundo, foi destinada a coordenadora dos jovens no Centro de Formação Dom José Rodrigues.

Por sua vez a quarta etapa consistiu na realização da aplicação do questionário via google forms para coleta de dados. O questionário foi aplicado em um quantitativo de 89 jovens que já passaram e estão atualmente residindo na república de estudantes do IRPAA.

A quinta e última etapa consistiu na análise e discussão dos dados obtidos.

Análise dos dados qualitativos: foram tratados conforme a análise temática categorial do conteúdo estudado. Isso ocorreu através da separação do texto em categorias e depois um reagrupamento segundo as afinidades encontradas. Foi feita a leitura flutuante para estabelecer que a pesquisadora possa se apropriar dos fatos a serem analisados.

Posteriormente, o material para análise foi separado, elencando o que contribuiu diretamente para a investigação proposta. Em seguida foram realizados os agrupamentos das informações, visando à organização do material que foi trabalhado (MENDES; MISKULIN, 2017).

A análise dos dados quantitativos: foram analisados por técnicas estatísticas descritivas por meio de distribuições absolutas e percentuais de medidas. O software utilizado foi o Microsoft Office Excel 2010.

3. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO COMO UM PROJETO IDENTITÁRIO

O Semiárido Brasileiro abrange 11,39% do território nacional, tem uma extensão de 969.589,4 km², representando cerca de 62% do território nordestino, estando presente nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraíba, o sudeste do Maranhão e o norte de Minas Gerais. (SUDENE, 2017).

Figura 1: Nova Demarcação dos Municípios do SAB



Fonte: SUDENE (2017).

O Bioma Caatinga que é exclusivamente brasileiro, quinto maior país do mundo, é rico em biodiversidade de fauna e flora, chegando a se diferenciar de outros países por apresentar características únicas. No entanto, esta natureza sofre grande exploração do homem, que desrespeita plantas e animais, visando apenas o lucro desenfreado ou com a utilização de tecnologias inadequadas. Ações como queimadas, desmatamentos de grandes áreas, contaminação de rios e nascentes com agrotóxicos, são fatores que contribuem para tornar o solo pobre e a região desértica e árida, dificultando assim as chuvas regulares.

O Semiárido Brasileiro (SAB) que por muitos anos foi visto por como uma região com poucas condições de vida e terras improdutivas. No entanto, atualmente é compreendido de forma diferenciada pelo povo, um lugar que antes era esquecido começa a ganhar força aos poucos através de lutas sociais que contribuíram para melhoria de vida das famílias que residem nas terras.

A principal conquista foi perceber que não é possível combater a seca, uma vez compreendendo os fenômenos naturais característicos do SAB e que o mais importante é conviver com o clima, desde que tenham políticas públicas que não só garantam a qualidade de vida das pessoas, mas também respeito à natureza e as especificidades da região. Existem inúmeras classificações para esse clima típico de mais de nove estados, os mesmos possuem características singulares dos demais estados do Brasil.

O Semiárido brasileiro é uma região delimitada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE considerando condições climáticas dominantes de semiaridez, em especial a precipitação pluviométrica. Como reflexo das condições climáticas, a hidrografia é frágil, em seus amplos aspectos, sendo insuficiente para sustentar rios caudalosos que se mantenham perenes nos longos períodos de ausência de precipitações. Constitui-se exceção o rio São Francisco. Devido às características hidrológicas que possui, as quais permitem a sua sustentação durante o ano todo, o rio São Francisco adquire uma significação especial para as populações ribeirinhas e da zona do Sertão. (IBGE, 2018).

Conviver com o Semiárido quer dizer não pensar apenas nos fatores e ações individuais e sim na coletividade, pois as ações particulares refletem nas relações coletivas. Desta forma ao pensar a natureza, o semelhante é pensar na extensão do ser em comunidade. Contudo, ao valorizar as plantas, os animais, preservar o ambiente, ser solidário, cuidar, partilhar, acessar as políticas públicas, acesso à terra e água faz parte de conviver e aprender a conviver com o semiárido. Além de respeitar os aspectos culturais, relações sociais e o jeito de viver dos povos.

A proposta de aprender a conviver com o semiárido trabalha o sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Opera a dimensão comunitária, através da atuação no nível micro, onde é possível desenvolver novas perspectivas para a desapropriação subjetiva da realidade e abrir um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais. (MATTOS, 2007, p.86).

Mesmo sendo considerado o semiárido mais chuvoso do mundo, as chuvas são irregulares e concentradas em alguns meses do ano, que por outro lado não facilita a distribuição da água e esta se perde por evaporação.

Contudo, as tecnologias sociais de captação e armazenamento de água das chuvas e a criação de animais adaptados à região são alternativas que podem contribuir com a convivência com o semiárido. Nesse sentido Kuster e Mattos 2007, ressaltam que aprender a conviver com o clima é uma das condições essenciais e que essas condições qualificam a vida de muitos sertanejos, além de possibilitar conhecer as características, possibilidades e limites a partir da reflexão destes indivíduos, construindo assim o que eles chamam de intervenções que provocam as melhorias necessárias.

3.1 IRPAA: A CONVIVÊNCIA E A EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA

As organizações que lutam por políticas públicas voltadas para o Semiárido, são partes contribuintes no fortalecimento desta ideia. Por isso, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) trabalha desenvolvendo projetos para convivência com o SAB, buscando sempre as formas mais apropriadas para a região e para o povo que nela vive. Sendo o instituto uma Organização Não Governamental (ONG), fundada no ano de 1990 defende e dissemina a convivência com clima, sua atuação vai para além das comunidades rurais onde tem atuação direta, mas conhecido em diversas regiões do semiárido brasileiro e no mundo.

O IRPAA assim como outras instituições fundadas em meados dos anos 80 para 90 quando os povos da região do semiárido atravessavam momentos delicados principalmente em relação as condições climáticas, e o paradigma de combate à seca. Entidades como o IRPAA foram mobilizadoras do debate de convivência com o semiárido, já que é um fenômeno natural e que a alternativas seria buscar estratégias viáveis para se viver em condições de semiaridez. Os debates feitos pela diocese de Juazeiro na época já anunciavam que era preciso mais propagadores desta ideia. Segundo José Moacir dos Santos, presidente do IRPAA.

A proposta de fundar o IRPAA nasceu na diocese de juazeiro, e o bispo Dom José Rodrigues mais alguns agentes de pastoral, inclusive Harold Schistek, que depois passou a ser do IRPAA, na época trabalhava para diocese como agrônomo e discutindo com Dom José Rodrigues e com os outros bispos compõem aqui a região norte da igreja católica, eles então proporam criar uma instituição não vinculada a igreja, não seria uma pastoral nem seria nenhum órgão ligado à igreja, mas uma entidade independente que pudesse fazer essa contribuição de pensar a convivência com o semiárido. Então Dom José foi fundamental na fundação do IRPAA e enquanto o bispo da diocese também foi fundamental para o financiamento das primeiras ações nos três primeiros anos no IRPAA, então foi peça fundamental seja enquanto sua

pessoa, seja enquanto gestor da diocese em fundar e ajudar o IRPAA a dar os primeiros passos. (J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

Desde então o IRPAA divulga seu trabalho nas comunidades, mostrando que ao pequeno produtor e produtora que no semiárido é possível viver de maneira sustentável com as riquezas naturais existentes, graças ao acesso as informações e conhecimentos através de formações e práticas voltadas para o contexto em que vivem.

Desse modo, tem um papel importante diante da realidade enfrentada por diversos sertanejos e sertanejas, mulheres, homens, jovens e crianças, possibilitando que estes atores compreendam que o termo “combater a seca” já não cabe mais ser empregado para descrever um fenômeno natural, ou seja, uma situação climática característica da região semiárida que ocorre em determinados períodos do ano, dessa forma fortalece a ideia de que a partir dos conhecimentos adquiridos é possível transformar a realidade de maneira processual.

A junção de saberes das comunidades experiências e conhecimentos ao longo de toda trajetória do instituto surgiu a partir da necessidade diagnosticadas em convivência com agricultores e agricultoras em suas comunidades, estas necessidades vão desde acesso à terra e território em tamanho apropriado, acesso a água e fontes de armazenamento, saneamento básico, acesso a saúde, acesso à educação voltada para seu contexto, além transporte e lazer e de forma simples pouco se tinha sobre as políticas públicas.

O IRPAA possui eixos problematizadores de discussão e que norteiam os debates a partir das necessidades existentes, seus eixos são: Produção Apropriada Clima e água, Comunicação e Educação, onde estes trabalham com especificidades em cada área de atuação.

O eixo Produção Apropriada incentiva um sistema produtivo em áreas semiáridas de maneira sustentável, facilitando a criação de animais adaptados à região, valorizando e agregando valores a produção familiar. Aliando as discussões acerca do direito a acesso à terra, fortalecimento dos debates na busca pela regularização das terras e territórios junto aos órgãos competentes, contribui também no fortalecimento do associativismo nas comunidades e discussões sobre o processo de certificação das comunidades tradicionais de fundo de pasto.

Eixo Clima e água pauta a garantia de acesso as cinco linhas de luta pela água de qualidade e em quantidade, uso consciente e manejo sustentável das fontes de aguada, sempre em uma perspectiva de estudar/compreender os fatores climáticos da região. Adotando medidas para o manejo adequado da água, divulgação das tecnologias sociais, defendendo que toda família tenha acesso desde a água de consumo, cisterna de produção, barreiros, poços, barragens subterrâneas, cacimba etc. Essas fontes de aguada na região semiárida garantem consumo humano, a produção de cultivares de pequena escala, além da dessedentação de animais de pequeno e médio porte.

Eixo Educação e Comunicação aborda discussões e defende uma educação que esteja ancorada nos princípios da convivência com o semiárido não só voltada para as condições climáticas, mas principalmente baseada na realidade dos sujeitos, formando assim um novo olhar sobre a vida neste espaço. A atuação do eixo busca sensibilizar os espaços de educação a trabalharem com a diversidade e singularidade regional e local, trabalhando com a educação contextualizada e educação do campo para o campo, aperfeiçoando as práticas e fazeres pedagógicos que visa ofertar melhores condições de aprendizagem seja no campo ou na cidade. A comunicação além de pautar notícias sobre as ações realizadas nas comunidades e entidades parceiras e/ou na divulgação de propostas de viabilidades da convivência com o semiárido, atuando em defesa do acesso a comunicação e democratização da mídia.

3.1.1 CENTRO DE FORMAÇÃO DOM JOSÉ RODRIGUES (CFDJR)

O Centro de Formação Dom José Rodrigues também conhecido como a República do IRPAA. Localizada a 12 quilômetros de Juazeiro próximo ao bairro Jardim Primavera. Com uma área total de 30 hectares. É um espaço onde é realizado diversos eventos: Encontros, intercâmbios, seminários, conferências, etc. Segundo José Moacir inicialmente o centro foi pensado para promover cursos voltados para a produção orgânica irrigada.

O Centro de formação foi uma das primeiras atividades do IRPAA assim que foi criada em 1990, então se pensou em um espaço para fazer cursos em especial para agricultura irrigada, agricultura orgânica irrigada então o IRPAA buscou adquirir uma área próxima à cidade de Juazeiro né, que tivesse água do rio São Francisco e ali a proposta era desenvolver atividade agrícola e pecuária irrigada e a ideia era comprovar e demonstrar depois que é possível morando na beira do rio ou recebendo água do rio São Francisco, em

quantidade suficiente é possível uma família viver com um hectare de agricultura irrigada orgânica, produzindo principalmente frutas, verduras para o comércio direto, para venda direta ao consumidor, através de feiras e de entrega em domicílio.(J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

Figura 2: Centro de Formação Dom José Rodrigues.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

Para continuidade da oferta dos cursos os sócios fundadores do IRPAA, logo criaram o Centro de Treinamento que seria uma área experimental que pudesse ser propagado as práticas de produção orgânica irrigação, afim de que essas famílias futuramente pudessem fazer a transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, os cursos aconteciam no pequeno salão que comportava 15 à 20 pessoas e o público alvo era famílias de pequenos irrigantes. Com tudo, foi-se necessário colocar na prática o que se discutia na teoria, como afirma José Moacir,

Foi montado no centro de treinamento uma área com 3 hectares e cada hectare como uma casa e ali receber uma família que moraria ali em contrato de arrendamento e essa família vai receber assessoria técnica do IRPAA e produzir e comercializar produtos e permitir que o IRPAA use a sua área da como a área demonstrativa para os cursos. A proposta era receber a cada semana grupos da Agricultores, pequenos agricultores aqui da margem do rio São Francisco e das margens, dos projetos de irrigação do Salitre, onde eles iriam aprendendo ali como cultivar organicamente e fazendo a transição saindo da agricultura convencional irrigada para a agricultura orgânica.

Sendo esse o primeiro objetivo do centro de formação que na época ainda era vagem da Cruz. (J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

Logo depois da ascensão de empresas na região do vale do São Francisco e do surgimento de linhas de créditos voltados para agricultura irrigada convencional, foi percebido uma redução na procura pelos cursos ofertados pelo centro, o que por outro lado aumentava a procura por cursos voltados para a produção nas áreas de sequeiro, fazendo com que a equipe do IRPAA refletisse sobre as discussões e necessidades dos pequenos agricultores da região. Inicialmente os cursos com as temáticas voltadas para as áreas de sequeiro foram realizados nos espaços disponibilizados pelos municípios e a ideia era depois dar continuidade dessas formações a partir da assessoria técnica do IRPAA.

O primeiro curso da Escola de Formação de Lavradores, essa escola foi pensada justamente para as famílias que vivem na área de sequeiro para isso o IRPAA preparou, ampliou suas acomodações para receber não só 15 mais 30 a 40 pessoas e com duração dos cursos de uma semana, depois em duas semanas e assim o IRPAA foi se estruturando para atender esses dois públicos, os da área de sequeiro e público também da área de irrigação. (J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

Após as mudanças e reflexões sobre a necessidade de fortalecer o debate de um semiárido viável e de que forma o IRPAA poderia estruturar o Centro e preparar a equipe para mostrar na prática que é possível viver e produzir no semiárido e que ele é muito mais do que a grande mídia divulga.

A participação dessas juventudes e agricultores foram a partir das regiões que estão inseridas no semiárido e onde o IRPAA vivenciava a lida das famílias, como mostrado no mapa do Território do Sertão do São Francisco -TSSF. Como apontado no mapa alguns municípios são banhados pelo rio São Francisco, onde as famílias praticam agricultura irrigada, no entanto, outros municípios como Uauá, Canudos, Campo Alegre de Lourdes e parte do território de Curaçá as famílias tem predominância as atividades de sequeiro e algumas famílias desenvolvem agricultura irrigada. São também regiões onde tem muitas intervenções de grandes empresas e onde mais as comunidades rurais tem seus territórios ameaçados. Trazendo para um debate mais atual, segundo Souza (2021) no TSSF destacam-se do ponto de vista econômico as principais atividades: Pecuária extensiva (criação de caprinos e ovinos), agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, extração mineral, parque de geração de energia eólica e fotovoltaica. E ressalta que,

A questão agrária é uma questão bastante polêmica no TSSF. São inúmeras dificuldades relacionadas à situação fundiária no Território, desde conflitos pela posse da terra, a persistência do perverso binômio latifúndio / minifúndio, degradação ambiental, não regularização das áreas, falta de apoio à produção, comercialização e beneficiamento dos produtos, políticas de crédito não apropriadas à realidade, dentre outras. (SOUZA, 2021. 64).

No entanto, os sujeitos têm a necessidade de rediscutir os modelos de produção e quais os benefícios para os povos que vivem nesses territórios banhados pelo TSSF, isso é tarefa cotidiana dos povos que habita estes territórios. O TSSF é composto por 10 municípios como mostrado no mapa abaixo, que cada um compreende a demanda local e regional de formas diferentes, embora compartilhem dos mesmos anseios, água, terra, produção, educação, etc.

Figura 3: Mapa do território Sertão do São Francisco.



Fonte: SCHMITT et al. (2020).

Nessa perspectiva o centro de formação foi pensado a partir da necessidade de se estudar melhor as condições climáticas e de que forma seria possível produzir de acordo essas condições, a ideia de convivência com aquilo que se tem e aprender a conviver com essas condições naturais da região, claro que a convivência compreenderia a adoção de práticas adequadas de manejo e cuidados com os recursos hidro ambientais.

Logo mais foi visto que existia uma demanda para além daquela de formação dos lavradores, mas que estava inteiramente ligado a essas famílias que seria as juventudes, filhos e filhas de lavradores que não tinha oportunidade de estudar na cidade devido à falta de apoio, principalmente de residência. Assim sendo em 1993 cria-se a “república de estudantes do IRPAA”, está inserida no Centro de Formação do José Rodrigues e carrega esse nome em homenagem ao bispo de Juazeiro Dom José Rodrigues, teve um papel muito importante na fundação do IRPAA e na consolidação da convivência com o semiárido, foi o primeiro presidente do IRPAA. O atual presidente do IRPAA (2022) relembra a motivação em promover espaços de formação para as juventudes do campo.

Convivendo com os jovens nas comunidades se tinha aquela ideia, o jovem participou no curso e queria muito continuar e tal, mas na época o município não tinha se quer o ensino médio, o máximo que se conseguia fazer era o ensino fundamental. Então inspirado na escola a família a gente pensou em convidar jovens que vinham das comunidades eclesiais de bases, aquela ligada associações, ligado ao sindicato, ligada a pastoral da Juventude, jovens que venha de uma militância ligada as questões sociais da sua comunidade, do seu município para cursar o curso técnico em agropecuária que a 30 anos atrás há 20 anos atrás era assim o máximo que uma pessoa jovem trabalhador assalariada ou camponesa poderia almejar era o curso técnico. O projeto foi crescendo e também criando metodologia então passou a ser um projeto de formação do IRPAA, formar jovens militante da convivência com o semiárido, então vem jovens que já tem militância social na sua comunidade e no seu município e aqui no IRPAA vivendo tem a chance de estudar em uma escola pública um curso técnico, se profissionalizar e no contra turno estar convivendo no Centro de Formação Dom José Rodrigues com as propostas de convivência com o semiárido. (J. M, entrevista, 2022).

O Centro de Formação Dom José Rodrigues é um Centro de apoio as práticas de convivência com o semiárido e apoio e incentivo a formação de juventudes filhos e filhas de agricultores vindos de comunidades rurais. Atualmente considerado um centro que divulga as mais diversas práticas para convivência com o semiárido, baseado na proposta Freiriana no modo de se relacionar com ser e com o meio, além de seus discursos serem baseados na educação contextualizada. José Moacir, diz que,

A missão do centro de formação Dom José Rodrigues é ser um espaço né de Formação, onde anime as pessoas a buscarem seu entendimento sobre o semiárido e os leve a uma sociedade do bem viver. Então essa é a missão do Centro de Formação, receber, acolher e conviver com pessoas que buscam essa proposta de convivência com semiárido e para o bem viver. (2022).

Atualmente o espaço detém uma estrutura com a capacidade de abrigar até 60 pessoas no salão principal. Além de dispor de dormitórios femininos e masculinos, uma casa de apoio para equipe técnica do IRPAA, duas repúblicas destinadas aos estudantes residentes, uma biblioteca com acesso a (livros, cartilhas e internet) ainda possui diversas tecnologias e estruturas apropriadas para convivência com o semiárido, dentre elas estão: 13 cisternas de consumo, 1 cisterna de produção 52 mil litros, 1 sistema de reuso de águas totais com reator UASB, 1 sistema de reuso de água cinza, 2 bacias de evapotranspiração (BET), 1 barreiro trincheira, 1 unidade de beneficiamento, 1 aprisco com sala de ordenha etc.

O CFDJR é administrado por uma pessoa com dedicação exclusiva, esta reside no centro desde (2015). A preparação de alimentos segue os preceitos da soberania alimentar e nutricional e se pauta nos alimentos disponíveis no Semiárido Brasileiro. Na área, mora uma família que pratica agricultura irrigada e criação de animais de forma totalmente ecológica: seja na lida com a terra, com a água e com a plantação. Ela normalmente abastece com frutas e hortaliças o refeitório do Centro em períodos de cursos, e comercializam com uma cooperativa o excedente produzido.

Moram ainda nesse Centro cerca de 14 a 16 estudantes por turma que participam de cursos de nível médio no Centro territorial do Sertão do São Francisco CETEP-SF e cursos de nível superior ingressos na UNIVASF ou UNEB, o tempo de permanência de cada jovem varia de acordo ao curso ou graduação. São moças e rapazes, bolsistas, filhos e filhas de agricultores do semiárido, ligados a entidades parceiras. Eles complementam seus estudos através de atividades práticas oferecidas pelo Centro de Treinamento e participação em atividades da equipe técnica do IRPAA.

O processo organizativo da república e das atividades de campo são de responsabilidade dos jovens tanto meninas quanto meninos, os residentes fazem desde limpeza do espaço ao cultivo de hortaliças, plantas medicinais, área de pastagem e cuidados com os animais, planejamento das demandas de campo e organização de reuniões e dias de estudos coletivos, em uma proposta de aprender na teoria e disseminar na prática.

Durante a permanência dos jovens no Centro são eles os responsáveis pelos cuidados e manutenções com as residências e espaços de uso coletivo dos mesmos. Existindo a divisão de setores produtivos a criação de aves, caprinos, produção de

hortaliças e fruteiras, cuidados e manejo com as plantas forrageiras para alimentação animal, preservação e recuperação de áreas em processo de recaatingamento e no gerenciamento de recursos através da bolsa que cada jovem recebe, esta atende as demandas de alimentação e transporte para deslocamento do jovem do centro para o curso na cidade.

É importante ressaltar que nessa vivência de cuidados e manejos com a criação de animais e cultivos de hortaliças os jovens produzem de forma agroecológica e sustentável, esta produção é destinada para o consumo dos jovens.

Estas práticas desenvolvidas por esses sujeitos funcionam como vitrines para demonstração da viabilidade e possibilidades no semiárido, além de problematizarem acerca das políticas públicas para convivência. Os jovens protagonizam em seus espaços de convívio, nas apresentações dos setores durante visitas e na trilha da convivência com o semiárido.

O Centro de Formação é bastante visitado por instituições parceiras, por grupos comunitários, escolas agrícolas, estudantes de cursos técnicos, docente e discentes de universidades, grupos estrangeiros e também nacionais, afim de conhecer melhor e de perto todo trabalho desenvolvido pelo IRPAA no centro. Estes visitantes ao chegarem fazem a trilha da convivência com o semiárido.

Durante a trilha os grupos participantes podem conhecer as áreas experimentais de tecnologias e infraestrutura alternativas para convivência com o semiárido. Podendo comprovar na prática a viabilidade das alternativas propostas que vai desde a conservação de áreas nativas, práticas de manejos apropriados até a produção apropriada no semiárido. Os sistemas alternativos existentes são: (BIOÁGUA reator UASB) para tratamento de águas cinzas e águas totais; bacias de evapotranspiração (BET); Sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS); viveiro de mudas; barreiro trincheira; área de recaatingamento; fabrica beneficiamento; pasto de leucena; área de preservação permanente; aprisco com sala de ordenha; composteira; coleção de cisterna, coleção de cisternas de consumo humano; cisterna de produção 52 mil litros; Bomba d'Agua popular manual (BAP); filtro de carvão e areia.

Os jovens são coordenados por uma pessoa que acompanha desde o processo de seleção que antecede o ingresso ao centro até no planejamento das ações e práticas a serem desenvolvidas, claro que em conjunto com os jovens que possuem total autonomia para apontarem e sugerir ações. Esta pessoa contribui no fortalecimento das discussões voltadas para as demandas das juventudes que ali estão, propondo temáticas que contribui na formação dos sujeitos e nas relações vivenciadas em grupo, na escola e comunidade.

Figura 4: Mapa da trilha da CSA



Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

O processo de seleção dos jovens para participarem da residência ocorre anualmente, abre vagas para seleção de jovens para residentes, onde faz o mapeamento de comunidades onde possivelmente tenha jovens interessados no ingresso, como critério o jovem deve estar matriculado em alguma instituição de ensino seja curso de nível médio ou superior. Dado esse passo a associação local ou organização no qual o jovem faz parte faz a manifestação de interesse preenchendo a carta de recomendação do jovem e encaminha para a coordenação do Centro.

O CFDJR tem uma missão e também um perfil, para além do campo experimental e da divulgação de tecnologias, o centro tem identidade, é local de socialização é o ambiente mais próximo de casa para quem é jovem do campo, lá o jovem se conecta com sua comunidade com suas labutas diárias e assim segue firmando laços, se desconstruindo para construir novas possibilidades, se tornando um novo ser. Tudo por lá nos remete ao gostinho de casa, cheiro de comunidade, carregado de muito conhecimento.

O CFDJR é um ambiente bastante didático pedagógico né onde, cada equipamento, cada construção, cada espaço que tem dentro do centro ele transmite uma mensagem, por exemplo, a distância entre os prédios é importante, refeitório é distante do auditório então isso é proposital para que os grupos que estão no curso após terminar a discussão ali no auditório eles vão para refeição então tem um tempo de caminhada, onde eles vão caminhando percebendo a paisagem, né passando por várias tecnologias e nessa caminhada eles vão discutindo sobre aquilo que aconteceu durante o dia de estudo, sobre interações entre pessoas diferentes que estão ali, então esse caminhar entre um prédio e outro é também uma experiência pedagógica onde as pessoas vão ter mais um espaço de socialização. Se fosse tudo juntinho, a porta a porta, né saindo do auditório e aí por refeitório então você tem um espaço muito reduzido de interação então esse ambiente além também claro proporcionar contato com a puro né com o sol essa caminhada para ser exercitar é também esse espaço um momento de convivência. (J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

As práticas educativas em espaços não escolares cujo objetivo vêm pautando a educação contextualizada como caminho para que o sujeito se encontre enquanto protagonista do lugar onde vive, além de ser baseada nas experiências e experimentações cotidianas presentes no dia a dia de cada sujeito. Na verdade, essas ações se aplicam na contextualização dos conteúdos e a partir do seu ensino promovem a construção do indivíduo enquanto coletividade:

A escola torna-se o lugar da descoberta, do fazer-aprender-fazer, pois os alunos após um “estudo da realidade” desenvolvem atividades interdisciplinares, sistematizam o conhecimento adquirido, elaboram e reelaboram conceitos e depois, dão retorno à própria comunidade visitada, que recebe o relatório elaborado pelos alunos, constando suas impressões, percepções e saberes desenvolvidos. (CARVALHO, 2014, p. 124).

Esta experiência é notável o crescimento do indivíduo uma vez que ele está vivenciando e estudando aspectos de sua realidade essa proposta é ligada às especificidades da vida rural firmando o homem do campo direcionando-o para um desenvolvimento agrícola sustentável, evitando a assim o êxodo rural destes jovens do campo, pois atende a educação básica e profissional da área de agropecuária.

Como se vê, é possível tornar o indivíduo crítico capaz de desenvolver seu pensamento vivendo e que no campo a vida pulsa, no campo existe vida e no campo o povo resiste. As políticas públicas de educação contextualizada para o campo ainda são poucas considerando as necessidades. A necessidade de ter uma educação voltada para o contexto dos sujeitos faz parte da construção da identidade dos mesmos, uma vez que o desconhecimento do seu próprio ambiente leva a meros reprodutores das inúmeras características desastrosas que são colocadas sobre os nordestinos, os sertanejos e os caatingueiros, ter direito a estudar a cultura em seus mais diversos senários é permitir construir um modelo de sociedade igualitário em direitos e deveres.

A República do IRPAA nos proporciona isso, ela nos dá essa oportunidade de continuar os estudos, fazer uma graduação e aí nesse espaço também além das formações sobre semiárido, nós recebemos informações sobre vários assuntos que vai desde a questão de gênero, questões políticas, sociais e culturais e entre várias outras. E além da gente ser formado profissionalmente, a gente recebe essa informação pessoal que é para ter um olhar mais amplo e uma mente mais aberta para a gente debater e enxergar mais vários assuntos. (FRADE, entrevista, Juazeiro, 2022).

Quando a entrevistada diz da oportunidade de acessar aos estudos só reafirma a importância que esses sujeitos dão ao ambiente de estudo em que participa, e faz uma alerta sobre como as formações são fundamentais para sua formação pessoal e profissional. Essa amplitude que a mesma coloca em relação a ter uma compreensão de mundo melhor estimula a pensar que esse jovem vindo de suas comunidades conhecendo sua realidade e passar a estar em outros ambientes, com pessoas com cultura, costumes e crenças diferentes das suas é um processo que possibilita o crescimento não só individual, mas também nas relações para com o coletivo no qual o mesmo está inserido.

3.2 DOM JOSÉ RODRIGUES: PATRONO DO CENTRO DE FORMAÇÃO

Dom José Rodrigues nasceu em 25 de março de 1926, no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Paraíba do Sul. E em 1974 o papa Paulo VI nomeou Dom José bispo de Juazeiro-Ba, durante 27 anos Dom José contribuiu com o fortalecimento de diversas organizações sociais e das comunidades eclesiais de bases. O mesmo teve uma trajetória magnífica e digna de ser contada, pois, a vida de Dom José era dedicada aos pobres e abandonados, sua chegada coincidiu com a época em que acontecia uma das maiores obras do Território Sertão do São Francisco (TSSF) que

foi a construção da barragem de Sobradinho com início em (1972). Sua passagem por alguns países contribuiu na formação de Dom José que aos poucos se constituía bispo. Assim como Haroldo Schistek (2012), relembra trajetória de Dom José antecedendo sua vinda para Juazeiro-BA.

Dom José Rodrigues de Souza C.SS.R (Congregação do Santíssimo Redentor, ou seja, redentorista) nasceu em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, em 1926. Ingressou na Congregação do Santíssimo Redentor e foi ordenado sacerdote em 1950. Por longos anos ele atuou na equipe dos missionários itinerante dos redentoristas. Fez especialização em Catequese e Pastoral, na Bélgica. Foi professor de Português. Por quatro anos foi superior vice provincial de Brasília (hoje, Província de Goiás). Em 1974, foi nomeado pelo papa Paulo VI como bispo de Juazeiro, Bahia, sucedendo o primeiro bispo da Diocese de Juazeiro, D. Tomás Murphy, também redentorista. (SCHISTEK 2012).

Ao visitar o canteiro de obras Dom José se deu conta dos possíveis problemas sociais e humanos que a referida obra iria causar aos ribeirinhos, agricultores, catingueiros e comunidades tradicionais e quem mais tivesse a sua volta. No entanto, não foi fácil, pois era recém-chegado e não conhecia a região e nem os problemas dos pobres, na época alguns colaboradores das paróquias eram contra as intervenções da diocese em tais assuntos, reforçando que seria dever do governo, por tanto a responsabilidade seria governamental.

Dom José foi um dos maiores líderes religiosos, cuja missão era defender a vida e dos direitos do povo pobre, que a partir com convívio com os mais necessitados ele passou a compreender a realidade daqueles sujeitos, bem como trazem em suas reflexões a esperança de dias melhores e melhores condições de vida para o povo sertanejo.

Sempre me perguntam: Como se deu essa absoluta dedicação aos pobres? Eu acho que a trajetória da minha vida demonstra que não foi um ‘passeio a cavalo até os portões de Damasco’, como aconteceu com Saulo. (At.9,3-4). Foi resultado de certas circunstâncias que influenciaram minha vida: Eu vinha de uma família pobre, me juntei aos redentoristas, que como lema da sua Ordem tem a “dedicação aos pobres”, eu realizei missões, e finalmente, como última gota, encontrei a barragem de Sobradinho. (RODRIGUES.D. J, 1992, p.35).

Dom José por sua vasta experiência e sabedoria em lidar com o povo, conseguia facilmente ser compreendido por todos a sua volta, pois trazia discussões atuais voltadas para as situações em que vivia o povo do semiárido em especial para o povo do sertão do São Francisco. A reflexão do lugar, das condições de vida, de acesso a políticas públicas tudo isso era possível desde que houvesse justiça,

trazendo em suas narrativas passagens bíblicas que contextualizavam o momento atual.

Era famoso por suas pregações e palestras claras e bem estruturadas. Os seus programas de rádio eram ouvidos com assiduidade por todos – muito além dos limites da diocese, seja pelo povo simples, seja pelos “coronéis”, de todas as colorações (estes últimos com preocupação). Grande também era a sua capacidade de escrever. O jornal diocesano “Caminhar Juntos” era todo mês um retrato muito fiel dos problemas, conflitos e avanços, sejam do âmbito da Igreja ou da sociedade civil. (SCHISTEK 2012)

Para Dom José (1992) “ a dedicação aos pobres exige uma mudança da posição social. É necessário conviver com o pobre para poder entendê-lo”. As mudanças de posição colocadas por Dom José são no sentido de se colocar o lugar do outro, no lugar do oprimido, do necessitado para entender suas dores e suas necessidades. Ao longo da sua trajetória Dom José esteve sempre ao lado dos pobres sentido as dores e angustias, reivindicando, lutando a favor do povo, considerado por muitos o “bispo dos Excluídos”. De fato, vivemos em uma sociedade excludente, principalmente dos que tem menor poder aquisitivo que estão nas periferias ou nas comunidades, sua exclusão se dar seja pelas classes sociais, etnias, racial, culturas, etc. O reflexo da sociedade excludente está no sistema de produção voltado para a economia e exploração da força de trabalho dos mais pobres, perpassando pelo sistema político vigente no país. O chamado de Dom José Rodrigues ao povo,

Nós queremos ajudar o povo a criar uma consciência crítica e ser capaz, por si mesmo, de avaliar pessoas e acontecimentos, descobrir as razões e os motivos de tudo isso que acontece. O povo tem de descobrir que a pobreza que reina nessa região (como também no Brasil, na América Latina e no Terceiro Mundo como um todo) não surgiu espontaneamente, e sim – como disse o papa João Paulo II, na abertura da Conferência de Puebla- que “essa extrema pobreza foi causada por um sistema político econômico, que faz os ricos ficarem mais ricos às custas dos pobres, que ficam cada vez mais pobre”. (RODRIGUES.D. J, 1992, p.91).

A chegada de Dom José Rodrigues em Juazeiro trouxe uma série de questões importantes, uma é que não só os Juazeirenses, mas também todos do semiárido deveriam tomar consciência de todos os acontecimentos e o por que são eram carentes de políticas públicas estruturantes e voltadas para o contexto dos sujeitos. Pensar a Convivência com o Semiárido na perspectiva de tornar essa região viável e para que fosse tivesse viabilidade era necessária a justiça, a partilha e não a concentração de bens e riquezas em pequenos grupos. A partir da problematização de Dom José os grupos e organizações da sociedade civil passaram a se

organizarem, pautarem e reivindicarem direitos, a existência dos povos, a alimentação, água, saúde e etc. Dom José plantou a semente do bem viver e hoje os multiplicadores colhem seus frutos e semeiam novas sementes.

4. A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

É sabido o quanto a região semiárida brasileira é estereotipada por indivíduo que ignoram as potencialidade dessa região, indivíduos que não simpatizam com a educação no contexto Semiárido e que descontextualiza a forma com que mostram e apresentam o Semiárido e tudo que nele existe, tratando como região de pobreza e miséria, publicizado pela mídia e seus diversos veículos de comunicação eletrônicos e demais, um semiárido no qual muitos não se identificam e por sua vez marginalizam culturalmente o jeito de ser, estar e viver do outro. “A grande mídia cria uma comoção nacional diante da imagem do faminto e miserável sertanejo, que só consegue sobreviver graças às esmolas, vindas de fora, tratando a população da região como flagelados e incapazes” (IRPAA, 2007). Reforçando essa situação, lançamos mão da situação a seguir.

O culpado é o modelo de desenvolvimento implantado na região que não condiz com a convivência com o bioma local. A natureza tem sua vida e seu equilíbrio, cabe às pessoas descobrirem esta vida, as relações com o ecossistema regional, assumindo as potencialidades e limites do Semiárido e as regras que garantam seu funcionamento. (IRPAA, 2007).

Contudo, essa mídia aproveita desta comoção para propagar a ideia destorcida de vida no semiárido. Por outro lado, existe sim a necessidade em se ter políticas de acesso a água, terra e educação mais eficazes. Os multiplicadores da convivência com o semiárido têm um papel muito importante na formação dos povos do semiárido, visto que este agente tem forte ligação com seus territórios, os agentes multiplicadores também discutem e fortalecem essas discussões nos diversos espaços de socialização do saber, inclusive nas salas de aulas junto aos docentes.

Nesse sentido, Santos e Paulino (2006), ressaltam o papel do professor diante das condições formativas na aprendizagem do ser.

Construir e cultivar políticas de inclusão pressupõe planejar novas formas de atuação, com intencionalidade e ousadia, a fim de que os aspectos criativos do trabalho docente possibilitem novas formas de intervenção que garantam a participação de todos em diferentes campos de atuação e em diferentes espaços. (SANTOS e PAULINO, 2006, p.62).

O sistema educacional vem sofrendo sucateamento ano após ano, por não cultivar as políticas de inclusão, os conteúdos ensinados não condizem com a realidade dos educandos, alguns educadores são vazios de práticas pedagógicas muitas vezes até mesmo o projeto político pedagógico (PPP) adotados pelas escolas não é contextualizado, o aluno estuda coisas que não acrescentam em sua jornada, aprendem sobre o clima de outras regiões, menos da sua e assim por diante.

Para Carvalho (2014, p.122) “a Educação no Brasil, e em especial, no Semiárido Brasileiro tem a tarefa complexa e desafiante de reverter o péssimo quadro no desempenho do ensino e aprendizagem, de repensar a função e o lugar da Escola”. Em outras palavras, é também papel dos educadores buscarem a socialização do saber com vista em um processo de aprendizagem satisfatório para ambas as partes e que para isso tanto deve se repensar o lugar e função social da escola como também de todos os que dela fazem parte.

Quebrar o paradigma de que escola é apenas lugar que ensina e passar a compreender a escola como também lugar que muito se aprende, não é tarefa fácil. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE,1996). Dito isso no sentido de que ao mesmo tempo em que os educadores ensinam é possível aprender, entretanto esse aprendizado se dá a partir dos erros cometidos e após refletir sobre ele é que se busca mudança para tal o profissional docente precisa está aberto a problematizar sobre as diversas abordagens inclusive sobre a prática docente e o ensino aprendizagem, conforme aponta Carvalho em suas reflexões sobre o assunto:

No Semiárido Brasileiro, as escolas, em sua maioria, funcionam de maneira precária, condições que se intensificam nas escolas do campo. A ausência de uma política de formação inicial e continuada para educadores e educadoras que contemple a discussão sobre os contextos naturais, históricos e culturais do Semiárido, aspecto este que demonstra um despreparo e uma falta de conhecimento apropriado sobre quem é o Semiárido por parte dos professores. (CARVALHO, 2014, p. 122).

Para se compreender sobre o processo educativo, seja no semiárido ou em outro contexto é refletir desde o alfabetizar é necessário se debruçar sobre a linguagem que os campos educacionais utilizam para ensinar as crianças e jovens. Se fossemos avaliar a quantidade de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar ou até mesmo de concluir ou ao menos tiveram acesso a um ensino voltado

para sua realidade esse número é alarmante. Em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%). (IBGE, 2018).

Se faz necessário refletir sobre aqueles que têm dificuldade em assimilar os conteúdos e ainda aqueles que foram negados o direito a estudar, seja criança, jovem ou adulto, como por exemplos, as pessoas que vivem na zona rural que somente tinha uma escolha que seria abandonar os estudos para ajudar seus pais ou servir de mão de obra barata para, garantir assim a permanência na terra e a alimentação.

Este problema não está restrito a zona rural, mas sim nas cidades e grandes centros considerados desenvolvidos e que mesmo tendo tudo para ser avançada a escolarização ainda é um desafio, pois existem pessoas sem sequer saber escrever e ler o próprio nome hoje refletido no adulto, mas que por outro lado começa ainda na infância quando a criança não tem o ensino que deveria ser seu por direito e quando tem não condiz sequer com seu contexto social. Sendo a educação uma política pública ela deve atender a todos sem restrição de condição social, reforçado a seguir:

Todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, aprender a fazer, a conviver e a ser. Uma educação orientada a explorar os talentos e capacidade de cada pessoa a desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme sua sociedade. (CARVALHO, apud SANTOS e PAULINO, 2006, p.72).

Braga, (2006) citando Arroyo, (2000) nos faz refletir sobre o modelo de educação democrática e contextualizada que almejamos para a formação do ser.

A educação, como formação, deve ser, pois um espaço para que esses sujeitos repensem suas experiências, reaprendam o que aprenderam, ressignifiquem seus saberes. Deve ser um espaço de formação de sujeitos humanos, culturais, éticos, ativos, enfim, sujeitos de intervenção (ARROYO, 2000, apud BRAGA, 2006, p. 38).

No palco dos privilegiados nem todos têm a oportunidade de subir, pois o aluno que não conseguir aprender ele é a frustração da escola e tem que aprender na marra não importa se este não aprendeu porque não teve suporte suficiente ou porque os

educadores não ensinaram os educandos com o mesmo entusiasmo ou didática diferenciada e contextualizada que compreendesse o espaço no qual os alunos estão inseridos ou conforme sua realidade que envolve fatores econômicos, sociais, histórico, culturais e étnicos.

Por muitos anos o processo de escolarização e alfabetização era criterioso, os estudantes precisavam aprender nem que para isso lhes custasse o castigo e ao longo do tempo as coisas mudaram e as maneiras e estratégias para educar também se transformaram, os métodos utilizados foram aperfeiçoados, mas o que acontece como ensino ofertado pelos professores? Os questionamentos precisam ser feitos para que cada professor reavalie sua metodologia de ensino e consiga de fato contribuir com a formação de centenas de pessoas, pessoas estas que estão tendo a oportunidade se construindo como seres pensantes e críticos.

O ensino aprendizagem exige uma demanda individual e coletiva dos envolvidos partindo do princípio professor, aluno e coordenação pedagógica e assim por diante, permitindo que o estudante se reconheça enquanto protagonista.

Na percepção de Braga (2004), a educação deve ser um meio, um instrumento, formal e não formal, para ajudar os sujeitos sociais e culturais a se constituírem em sujeitos ativos produtores de sua existência.

No entanto Santos e Paulino (2006), enfatizam que a ação pedagógica educacional, que podemos considerar como uma prática à criatividade coletiva, deve ser permeada pela perspectiva de estar construindo a crítica no educando para que ele se perceba como um indivíduo questionador do mundo, de forma a entender toda organização feita para uniformiza-lo ou não, tendo em vista que esta curiosidade poderá suscitar questionamentos ao que parece ser benéfico aos sujeitos pertencentes ao processo ensino-aprendizagem.

Contudo o processo de autoafirmação e empoderamento juvenil não chegam a ser um assunto tão pautado nos espaços que frequentamos, pois como já citei anteriormente tem que partir de uma demanda dos docentes e discentes que de forma coletiva aos poucos irão construindo este senso crítico, desmistificando que o aluno é depósito, pois recebe uma educação bancária e que todos os conteúdos discutidos são reproduzidos e os mesmo não condizem com sua realidade e condição social.

A contribuição do estudante muitas vezes não é considerada importante, pois onde existe o conhecimento empírico os conhecimentos científicos irão prevalecer. Fica claro para o indivíduo defender uma ideia ele precisará reunir informações que comprovem a veracidade do que é dito, ou até mesmo buscar embasamentos que comunguem com o seu pensamento o que não desfavorece seu mérito, porém a bagagem de conhecimentos do discente precisa ser soma e não divisão.

A escola tem reafirmado a hegemonia a partir das diferenças culturais dentro de seus programas, pois ela prioriza e privilegia ensino da norma culta da língua, tendendo a desvalorizar as diferenças sociais. E continua a dizer que o resultado disto é que pessoas passam anos dentro de um sistema fechado, aprendendo um conteúdo programático estruturado e, no entanto, não sabem sequer fazer uso desta em momentos específicos que demandam domínio e permanecem (re)produzindo um reflexo da falta de incentivo à produção. Reafirma ainda que para o educador, o processo de desencanto dar-se-à pela inflexibilidade de atuação, em que nem o aluno e nem o professor consegue estabelecer e construir diálogos para efetivação do processo nos quais estão inseridos. (SANTOS e PAULINO, 2006, p.26).

As diferenças sociais aqui colocadas pelos autores dizem muito sobre o atual modelo de educação vivenciada por muitas escolas e nos espaços de educação formal e não formal, reflexo da inviabilização do conhecimento, para tal não deve ser levado em consideração os resultados quando um conteúdo é colocado para dos os sujeitos e esperar que todos tenham a mesma compreensão, pois são sujeitos com demandas diferentes. Todavia o que mais se vê são os conteúdos reprodutivistas, pois os mesmos são ofertados aos sujeitos não valoriza seus conhecimentos prévios os tornando reprodutores devido a desinformação e desconhecimento.

O semiárido brasileiro é extenso e muito diverso, é subjetivo, no entanto, desde os primórdios o acesso à educação apresenta-se fragilizado sendo apenas reprodutivista de conteúdos descontextualizado, a vida escolar vista com muita dificuldade e restrição, resultando em uma grande parcela de não letrados e analfabetos, principalmente na zona rural.

Ao analisarmos mais especificamente o Semiárido constatamos que, desde os primórdios, à população do campo foi negado, especialmente de três modos, o acesso à educação: primeiro, porque a população mais pobre do semiárido ficou sem acesso às possibilidades de “educar-se” nos moldes oficiais determinados pelo país e suas autoridades, através do acesso à escola, universidades e livros, pois assim se tornava mais vulnerável e manipulável; depois, porque eram coibidas, pela força, quaisquer tentativas existentes de organizar-se e produzir outro conhecimento; e, finalmente, porque seus conhecimentos e processos educacionais eram catalogados e tidos como folclore, magias, superstições, diabólicos, ridicularizados e, por isso, deviam ser condenados e evitados. (BAPTISTA, CAMPOS, 2013, p. 85)

O fortalecimento e a valoração da Convivência no Semiárido tem construído meios que através de seus recursos naturais, proporciona qualidade de vida para as famílias rurais, neste sentido, o desenvolvimento do semiárido envolve mudanças em todo o seu contexto, incluindo a melhoria na formação do homem, mulher e jovem do campo, adoção da política de convivência com o semiárido nas instituições de ensino com mais e maior qualidade para os estudantes da área, como também professores capacitados.

Conforme Baptista e Campos "O conhecimento e a educação não são processos neutros como muitas vezes nos são apresentados. Eles estão sempre em íntima correlação e a serviço do modelo de mundo e de sociedade que se quer construir" (BAPTISTA, CAMPOS, 2013, p 84).

Assim, ampliando a visão dos próprios moradores, fazendo enxergar o semiárido com toda sua complexidade e beleza da sua natureza, mais importante, exaltando os seus conhecimentos e suas características peculiares. Mas que não é fácil desconstruir essa imagem que se tem do semiárido principalmente do Nordeste do Semiárido.

Para Carvalho (2014, p. 116) a rica diversidade histórica, cultural, econômica, social, política e ambiental do sertão semiárido têm sido destacada apenas pela negatividade. A autora continua dizendo que a interação do sertanejo com a caatinga tem recebido uma interpretação preconceituosa, na qual a particularidade da existência e da organização socioeconômica do sertanejo com seu meio físico e simbólico, suas singularidades e potencialidades, bem como as revelações nas formas de uso e de vivência desses homens e mulheres com seus recursos naturais e culturais não são expressões valorizadas de pertencimento identitário.

A concepção de mundo feita a partir da reflexão sobre esses pontos que a autora aponta são muito importantes, uma vez pensando que antes mesmo de compreender os processos por trás da contextualização da educação ou mudanças e estratégias para o ensinar pedagógico é importantíssimo a compreensão de mundo a partir da história e das relações de poder por trás dos fatores, políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais, sendo estes desencadeadores de interpretações descontextualizadas sobre a Educação para Convivência com Semiárido.

Nessa perspectiva, a Educação para Convivência com o semiárido privilegia e enfatiza a necessidade de que as escolas do semi-árido, ao garantir o

desenvolvimento das diferentes capacidades, “cognitivas, afetivas, físicas, estéticas, de inserção social e de relação interpessoal”, propiciem aos seus alunos os instrumentos sociais necessários para que possam intervir de forma consciente e propositiva no ambiente em que vivem, o que certamente vem a exigir do docente uma série de novas competências, entre elas, as que se relacionam à capacidade de traçar um novo tipo de relação entre os saberes escolares e aqueles produzidos nas comunidades. (NERI et al, 2007, p.138).

A educação contextualizada chega ao âmbito de valorizar e fortalecer a discussão da ideia de campo e principalmente a ideia de semiárido então ao pensar uma educação contextualizada quer dizer enxergar aspectos que antes eram vistos como negativos e torná-los positivos do ponto de vista de compreensão de realidade de cada família, seja ela do campo ou cidade.

No entanto ao longo dos últimos anos instituições e estudiosos da área de educação vem tentando desmistificar a ideia que se tem do povo do sertão, das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, do movimento sem-terra, movimento camponês e ainda na luta dos povos por acesso a políticas públicas que atendam a necessidade das famílias, principalmente do campo buscando visibilidade e melhores condições de educação e de vida. Mas partindo do princípio que a busca por essa autonomia dos povos e comunidades rurais e urbanos depende muito da formação que os mesmos estão tendo em sua construção quanto indivíduo na sociedade.

Na perspectiva da educação contextualizada para convivência com o semiárido brasileiro existem instituições no semiárido que disseminam e divulgam tal modelo de aprendizagem e socialização do saber, através das práticas pedagógicas adotadas pelas escolas, como por exemplo, a EFAS de Sobradinho na Bahia nela é observado a forma como que contextos e as contextualizações são abordados, as perspectivas para a vida do sertanejo, para as juventudes podendo visualizar um lugar que os jovens sejam protagonistas das suas ações- reflexões-ações.

E para além disso um lugar onde o saber popular tem grande relevância e influência na formação do senso crítico e político dos indivíduos. A Universidade Estadual da Bahia também pauta e defende a educação contextualizada, presente desde a formação dos/as professores/as, bem como na prática junto aos discentes, assim como o IRPAA na disseminação da educação contextualizada a partir da promoção da educação nos espaços educativos não escolares, a partir da inserção de temáticas problematizadoras compreendendo os espaços de interação entre juventudes, sociedade civil, comunidades e universidades.

4.1 A RESAB: UMA AÇÃO EM REDE PARA A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA

Uma parceria que tem grande participação na discussão sobre educação contextualizada é a Rede de Educação para Convivência com o Semiárido (RESAB) que tem atuação há 22 anos mobilizando e articulando políticas públicas destinadas às escolas públicas do semiárido. Essa rede procura consolidar os fundamentos teórico-práticos o que significa que os indivíduos precisam aliar o processo teórico a suas práticas cotidianas permitindo assim melhor aprendizado, adotando novas formas de pensar e de agir sobre o contexto escolar e suas relações comunitárias, regionais e territoriais nas quais os atores e sujeitos sociais estão territorializados:

A concepção pedagógica que preside a proposta da RESAB é a de um processo dialógico. Ela é uma Educação de carácter socioambiental que faz um convite à ação. Sua pedagogia está centrada mais no aprender do que no ensinar porque aprender sobre o ambiente não é um ato simples de vontade e da razão. Aprender, conhecer, re-prender e apreender o ambiente requer nova pedagogia que consiste num processo dialógico que ultrapassa a pura racionalidade construída sobre um possível consenso de sentidos e verdades. (KUSTER; MATTOS, 2007, p. 23).

É importante destacar que por ser o processo de desconstrução dos significados, ideia de campo, sociedade e a forma como são estereotipadas dar a entender que o Semiárido é lugar somente de animal e que não possui nada de atraente.

As variáveis e diferenças ao tratarmos de educação e de educação contextualizada. De que forma as instituições estão interpretando esta realidade? Será que estamos mesmo discutindo educação para convivência com o semiárido? Ao que parece nem todas as instituições de ensino utilizam livros didáticos e paradidáticos que abordam elementos contextualizados dentro da realidade da região, a adoção de materiais nem sempre são bem-vindos por isso é que a discussão sobre educação contextualizada vem sendo construída aos poucos.

Na verdade, é um passo muito importante, pois o indivíduo pode sentir-se parte do processo, aprender com o fazer cotidiano e entender porque está fazendo, por que as coisas que são reproduzidas nas mídias são povos e coisas que não condizem com as que realmente são. Os povos e comunidades precisam de uma educação democrática e inclusiva. “Quem vive no semiárido e estuda seu povo encontra, ao invés de um povo incapaz, pessoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias” (BATISTA; CAMPOS, 2013).

Existem diversos fatores da educação no campo que nos chama atenção, as formas e os métodos utilizados e adotados por algumas instituições de ensino com objetivo de tentar superar as particularidades das escolas e estudantes do campo vem despertando para um novo pensar sobre a educação e as problemáticas existentes, também nos leva a refletir porque o modelo de educação que antecedeu este apenas capacitava e não formava o indivíduo.

É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, que forma se forma e se re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 2011, p.25)

Ao capacitar estão apenas habilitando o jovem a exercer determinada função para atender o mercado de trabalho, diferentemente de formar que além de mostrar meios também forma e promove no indivíduo o despertar do senso crítico em relação ao porquê das coisas e porque acontecem, visando um sujeito protagonista em todas as etapas do processo e não apenas sujeitos de execução de tarefas.

Algumas escolas como a do Movimento Sem Terra-MST e as escolas agrícolas vem em uma perspectiva de dar espaço e voz aqueles jovens que estão em processo de aprendizagem e que serão os sucessores deles, serão eles que darão continuidade nos debates sobre cultura, modo de viver, ancestralidade dos povos do campo e valorização das raízes.

A escola é um espaço privilegiado quando se consegue manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural. Mas desde muito cedo as crianças são orientadas a ser um trabalhador produtivo, porém escolarizado, mas que tipo de escolarização? O sistema por sua vez naturaliza as condições particulares de cada sujeito, deixando de lado a valorização da identidade cultural, linguagem nativa dos povos do sertão e não utiliza de uma educação inclusiva e contextualizada. Segundo Baptista e Campos:

Igualmente podemos entender porque nós, os que creditamos no semiárido, seu povo e sua viabilidade, afirmamos categoricamente que o Semiárido tem e produz conhecimentos, que seu povo é inteligente. A partir daí fazemos o confronto dialético e começamos a valorizar os conhecimentos endógenos do povo do Semiárido e com eles podemos construir um desenvolvimento “sustentável”, a partir de dentro e não a partir de imposições. (BAPTISTA, CAMPOS, 2013, p. 85).

Tornar os espaços de convivência territórios de discussões políticas e sociais afim de superar conflitos entre saberes é a ferramenta chave para compreensão de um semiárido justo e igualitário. Para além da compreensão do sujeito enquanto protagonista é promover a partir de suas vivências e relações coletivas e individuais reflexões que perpassa as necessidades individuais e passar a enxergar as ações coletivas meios nos quais superam as demandas individuais do ser, das comunidades, da cultura, da ancestralidade, da tradicionalidade dos povos etc. Tudo isso reforça que sim a educação é um ato político e existe uma necessidade urgente de afirmação, de apropriação por parte dos indivíduos, sejam eles, jovens, mulheres e homens:

Diversas instituições não escolares, porém, com interesses educativos em sua conjuntura ou com algum tipo de inserção em contextos nos quais as pessoas necessitem atuar mediante o uso de ferramentas pedagógicas, têm configurado em sua agenda de trabalho objetivos e ações que manifestam, em maior ou menor medida, um caráter instrutivo, educativo ou pedagógico. Nesses novos cenários, não só são processadas novas práticas educativas, como também essas práticas põem em avaliação, direta ou indireta, a função da escola e das aprendizagens que se espera que sejam promovidas em seu âmbito. (SEVERO, 2015, p. 565).

A educação precisa ser prioridade em todas as esferas seja, política, social, econômica e cultural, sendo direito do estado garantir, pois é através do acesso à educação que os indivíduos exercessem seu papel perante a sociedade, além da garantia de políticas públicas capazes de superar as desigualdades sociais, e políticas de inserção das juventudes nos espaços destinados aos mesmos. Os sujeitos de direito não precisam compreender apenas seus deveres perante a sociedade e/ou grupos nos quais fazem parte, mas sim esses sujeitos de direitos precisam da concretude destas ações.

5. AS JUVENTUDES DO CAMPO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Segundo o estatuto da juventude (2013) baseado no inciso 1º do Artigo 1º são considerados jovens de acordo o estatuto da juventude: Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Já para Organização das Nações Unidas (ONU, 1985) considera que juventude é definida pelo grupo identitário que compreende as idades de 15 a 24 anos. A perspectiva que essa pesquisa assume é de juventudes, principalmente, as do campo do Semiárido Brasileiro, cuja compreensão segue o que aponta Troilo (2016).

Ao trazer o tema da juventude camponesa ao debate é preciso deixar claro que partimos de uma concepção de juventude que vai além dos reducionismos homogeneizantes que encaram a juventude sob a perspectiva apenas da faixa etária ou mesmo do período de formação do sujeito. O jovem do campo a que nos retratamos, portanto, é o filho de camponeses que vive e se desenvolve no seio da família, e que em determinado momento da vida tem a necessidade de afirmar sua autonomia, se emancipar da tutela paterna e gerir seu próprio desenvolvimento. É certo que os jovens do campo geralmente não têm acesso a uma formação adequada à realidade de seu meio de vida e à um trabalho que lhe garanta renda para seu próprio sustento. (TROILO, 2016, p.149).

Todavia esse entendimento é importante para compreender que as juventudes estão por toda parte e é no espaço de convívio entre grupos que se estabelece essas relações de fortalecimento identitário que como já foi dito vão além da idade. Entre os jovens existe uma pluralidade, mesmo que vivam em espaços comuns tem suas particularidades. Mesmo que o termo “jovens” seja generalizado, muitas das vezes é possível refletir sobre, mas ao falar sobre a juventude é abordado também essa necessidade de tratar das juventudes dentro do próprio contexto de uma região sendo do campo ou da cidade. Pois a juventude que aqui trato é a juventude preta, juventude do campo, indígena, quilombola, ribeirinha, caatingueiros, LGBTQIA+ e etc.

Essas juventudes e muitas outras aqui não citadas devem ter visibilidade principalmente das políticas públicas que atendam suas demandas individuais e coletivas em sociedade. Como ressalta Weisheimer em usar o termo juventudes:

O termo “juventude” designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Mais do que uma faixa etária, fala-se em condição juvenil, que aparece como uma posição na hierarquia social fundada em re - apresentações sociais, ou seja, busca-se apreender os significados atribuídos que definem quem é e quem não é jovem em um dado contexto sociocultural. Esses critérios de inclusão e exclusão são socialmente construídos, tornando se móveis suas

fronteiras. Essas representações sociais remetem à ideia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem de uma condição social da dependência plena na infância a outra, de plena independência na idade adulta. (WEISHEIMER, 2005, p.24).

Haja vista que o principal desafio hoje é identificar a inserção dos jovens de ações mais voltadas para as questões sociais, movimentos e luta por garantia de direitos básicos, por exemplo, o campo tem se esvaziado não se encontra mais jovens que tenham uma perspectiva de vida no campo. É possível refletir sobre os fatores que podem desencadear essa falta de interesse tais como políticas públicas voltadas para acesso e inclusão de jovens em benefícios, créditos além das políticas que atendam essa demanda mais específicas dos jovens.

Trazer esse jovem sem perspectiva de que no campo é possível viver para um espaço no qual reconstrua o saber que foi reproduzido por gerações de que o campo é lugar de miséria é difícil, pois ninguém quer pertencer a algo ruim e talvez um dos desafios maiores é mudar esse olhar e provocar no jovem essa necessidade de vir a ser protagonista, pois muitos foram os anos que vinham sendo fortalecido a ideia descontextualizada do campo e do Semiárido.

Não vamos aqui exigir dos jovens A inclusão nos espaços, uma vez que nesses espaços não seja pautado ou promovido nada que agregue os mesmos. Nesse sentido a proposta do CFDJR tem contribuído para mudar essa visão que se tem da vivência no campo e também sobre as juventudes:

Contudo há ainda a necessidade de melhor ouvir os desejos e medos dos jovens, para que só assim sejam traçadas ações que fortaleçam e dêem condições de oportunizar a ação protagonista da juventude. Não basta ter políticas públicas voltadas ao atendimento ao público jovem, se as mesmas não forem condizentes as reais necessidades, bem como não forem aplicadas, oportunizar a participação, inserindo-os nos mais variados espaços sociais, torna-se a saída para a resolução de tantos casos de omissão e ociosidade da juventude, além de promover a melhoria da auto-estima e sua projeção e/ou ascensão social protagonista. (OLIVEIRA, 2005, p.10).

O processo de empoderamento juvenil depende do coletivo ao fazer uma escuta sensível, a partir das necessidades dos jovens que vai desde a coordenação pedagógica da escola até a comunidade onde o jovem reside. O jovem protagonista de suas ações é aquele que trabalha com estratégias a fim de atingir metas individuais e coletivas. Nesse sentido, a autoafirmação do jovem no espaço que ocupa ela é muito importante, pois torna-se um indivíduo educativo é uma construção onde é o

tempo todo é testado suas habilidades e competências, compreende então que existe uma necessidade em fortalecer a participação do mesmo em diversos espaços formais e não formais.

A reprodução cultural, então, atua como educação excludente, eliminando do processo educacional as crianças e jovens de famílias menos favorecidas que não tem como compreender a linguagem e os processos culturais das classes dominantes.

Nesse caso, o resultado ocorre da seguinte forma: as crianças das classes dominantes são bem sucedidas e alcançam um grau mais elevado de escolarização, e as das classes dominadas são excluídas da escola ou apenas frequentam até um nível básico da educação. Defendem Moreira e Silva (2001, p.27). Na percepção crítica, não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo. Em vez disso, a cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. Nessa visão, a cultura é aquilo pelo qual se luta e não aquilo que recebemos.

A partir dessa análise, entendemos que não existe uma ou outra cultura, sendo que essa mesma é construída no processo educacional e social e não pode ser apenas transmitida, pois os sujeitos que estão envolvidos devem participar desse então terreno de luta criando e dando sentido aos seus conhecimentos.

Para Troilo (2016) “A juventude camponesa, em sua maioria, encontra grandes dificuldades de desenvolver esta autonomia exatamente quando chega o momento de abandonar a propriedade de sua família, seja por necessidade de constituir sua própria família ou por necessidade de obter renda própria”. E continua dizendo que “uma pequena parcela consegue constituir uma nova unidade econômica, pela divisão das terras da família e apropriação de seu próprio rebanho, e perpetuar o modo de vida em que foi criado”. Além disso o autor ressalta que existe um desafio enfrentado pela grande maioria, “por não ter formação adequada e não encontrar possibilidade de renda no campo acaba migrando para os centros urbanos como já deixamos claro acima.

Ainda segundo o autor, soma a isso as migrações do campo para as cidades por conta das difíceis condições de vida no interior do Nordeste como um todo, o que,

em sentido mais amplo, acaba contribuindo para uma gradativa diminuição do campesinato no semiárido ao longo do tempo (TROILO, p.148 e 149, 2016).

Além disso, diversas regiões não só do semiárido tiveram grande êxodo e em sua maioria eram jovens que migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida, emprego, estudo e moradia. O retrato disso está nas diversas comunidades/ rurais tradicionais que hoje vive o dilema do esvaziamento do campo, dificilmente encontra-se jovens nas comunidades, pois estes estão na cidade vendendo sua força de trabalho. Todavia é preciso políticas mais efetivas que torne a participação da juventude efetiva, consolidar o protagonismo, tirar do papel, da teoria e colocar em prática. De acordo com o IRPAA (2007, p.28):

A educação no semiárido está fora da realidade regional, desmotivando as pessoas para continuarem os estudos e permanecerem na região. Ocorrem altos índices de repetência e de evasão escolar, provocados, principalmente, pela carência alimentar e pelo calendário escolar incompatível com as atividades agropecuárias. Muitas famílias não têm condições de manter os filhos na escola pela falta de recursos financeiros e por não poder abrir mão da sua força de trabalho.

Partindo dessa discussão é de fundamental importância os centros de formação e entidades de referências na promoção de conhecimentos para essas juventudes e na problematização das políticas públicas estruturantes para o semiárido e que as mesmas contemplem as necessidades do público rural e urbano, principalmente do jovem. O apoio destas entidades, tais como o IRPAA tem possibilitado a reflexão sobre as juventudes, potencialização e a permanência dos jovens em seus territórios desde que tenha políticas públicas eficazes, mas também na participação direta como entidade de apoio e incentivo na continuidade dos estudos, a partir da residência dos jovens na república.

O/a jovem do meio rural é o agente fundamental no processo de reversão da atual situação. A juventude precisa encontrar na sua terra natal um lugar bom e próspero, onde possa desenvolver suas capacidades. As políticas públicas para a juventude precisam ter uma “cara jovem” e não devem se esgotar em medidas econômicas, mas incluir cultura, educação, lazer e aprimoramento da qualidade de vida. (IRPAA, 2007).

Desse modo, a participação da juventude no meio rural precisa ser sentida, o jovem precisa despertar para o pertencimento, porém esse pertencimento somente não é suficiente, como o IRPAA aponta que precisa-se pensar políticas públicas que

garantam o acesso à cultura, lazer e ações para aprimorar a qualidade de vida desses jovens no meio rural, em sua comunidade e nos espaços que estão inseridos.

É preciso compreender que esse despertar do jovem para seu lugar é um processo que requer uma construção tanto individual do sujeito quanto coletiva, pois o jovem rural desde muito cedo é motivado a deixar seu lugar, a tão sonhada utopia de que na cidade as coisas se resolvem com muita facilidade é colocada como verdade e é sabido que tal utopia não condiz com o que de fato a ida para cidade representa.

Existem duas questões importantes para serem refletidas: A primeira é que esse jovem buscar um espaço no qual possa se sentir útil, se sentir responsável em decisões, na geração de renda, em prover seu sustento, mas o que significa na prática? Qual a perspectiva de trabalho? Quais são as oportunidades que estes têm? Muitas vezes a falta de informação e formação leva a sonhar com um modelo ideal de vida que não existe e desencadeia no jovem esse sentimento de negação pelo seu lugar de origem. Outra questão é que esse mesmo jovem ao deixar sua comunidade, deixa também sua família, os cuidados da família e principalmente deixa de gerar força de trabalho para seus familiares, porém ao voltar vem mais motivado e capacitado a desenvolver melhor as atividades junto a sua família.

No entanto, quando a saída do jovem é para estudar, cria-se uma esperança tanto para o jovem que está deixando seu lugar, quanto para a família que ver nessa saída uma promessa e progresso futuro desse jovem. Mesmo a família buscando lidar com a distância, compreende que o estudo é uma das poucas oportunidades que o filho ou a filha não deve deixar passar. Mas, durante todo esse processo a juventude tem ganhado autonomia para buscar novos saberes, além de compartilhar com os demais os seus. Nesse sentido, os grupos e associações que apoiam esses jovens devem perceber seu papel e contribuição na construção da identidade desses sujeitos. Como ressalta Troilo (2016).

Em contraposição a este processo os movimentos sociais do campo tem organizado a juventude no sentido de gerar identidade com seu meio de vida e se reconhecer enquanto sujeito da luta pelas melhores condições de vida no campo. Por esta perspectiva a juventude é tomada como uma categoria de organização popular dos diversos movimentos camponeses da atualidade (TROILO, p.150, 2016).

As juventudes ao se auto afirmarem, assumem um papel muito importante para continuidade no projeto de sociedade que almejamos, que compreende desde o jovem rural até o jovem urbano e, é entendido que os jovens que ocupam esses espaços sociais possuem um protagonismo único. Estes em sua totalidade buscam exercer seu direito enquanto juventude, uma vez que geram sua identidade os mesmos passam a cobrar por melhores condições de vida que não esta apenas na garantia do alimento, mas também o acesso as políticas públicas, saúde, saneamento básico, educação contextualizada de acordo o contexto dos sujeitos.

Por tanto, essas juventudes que aqui estão sendo colocadas não estão restritas à sua faixa etária e sim as suas relações de convívio com outros indivíduos e grupos nos quais categoricamente lutam por uma causa especifica, seja por meio de movimentos ou grupos.

5.1 CFDJR COMO MOBILIZADOR E FORMADOR DA JUVENTUDE PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Do ponto de vista da formação para e com as juventudes do Semiárido, alguns processos contribuem diretamente para a emancipação dos mesmos, uma vez adotando ferramentas pedagógicas, capazes de fazer uma leitura de mundo a partir das diversas realidades encontradas no semiárido, como é a experiência proposta pelo centro. O olhar cuidadoso sobre as comunidades, sobre os povos, as mulheres, os jovens, sobre a tradicionalidade de cada comunidade que por mais seja e estejam na região semiárida possuem papéis diferentes, porém essenciais. Essa construção coletiva torna-se mais rica quando os sujeitos contam suas próprias histórias e os processos nos quais passaram para hoje serem sujeitos de direitos e sujeitos emancipados a partir de todo processo formativo.

O CFDJR como mobilizador e formador da juventude torna esses multiplicadores da Convivência com o Semiárido protagonistas não só enquanto estudantes do centro, mas principalmente em suas comunidades na defesa do bem viver do seu povo. Desde sua fundação há 28 anos atrás já passaram pela República de estudantes entre 150 a 160 jovens. Para a formação desse jovem transformador, muitas temáticas são apresentadas, refletidas e discutidas: Desde a política pedagógica das escolas até o acesso as políticas públicas essenciais para a vida

humana, água em quantidade e de qualidade, condições climáticas, terra em tamanho apropriado, saúde/saneamento básico rural, gestão e uso dos recursos naturais, acesso à Educação Contextualizada no contexto do Semiárido e etc.

José Moacir que foi um dos primeiros jovens a serem contratados pelo IRPAA no ano de (1990), o mesmo traz um dado bastante interessante no processo de emancipação dos jovens a partir da formação.

A maioria dos jovens que passaram pelo IRPAA quando sai da sua formação e sai jovem a profissionalmente formados em técnico agropecuária, agora é agronomia, pedagogia, a comunicação e outros né, mas também com a especialidades digamos assim não formal porque não tem um certificado, mas especialistas em convivência com semiárido. Então acho que essa é uma contribuição do IRPAA para o fortalecimento das organizações parceiras, então boa parte dos jovens que passaram pela roça do IRPAA hoje estão dirigentes, como técnicos das entidades aqui na região do semiárido, são várias as entidades ligada a ASA, então e surgiu muitas outras. E a participação desses jovens que passaram pelo IRPAA é fundamental e de fato faz a diferença, além da capacidade profissional, da capacidade de militância, esse jovem tem uma outra dimensão que é compreensão da proposta de convivência com semiárido, então isso tem sido o objetivo do IRPAA de formação de jovens para a convivência com semiárido. (J. M, entrevista, Juazeiro, 2022).

José Moacir que é atualmente (2022) presidente do IRPAA, além de dizer da importância da formação das juventudes para a sociedade civil, para as comunidades e para o IRPAA, também avalia de forma positiva a passagem destes jovens pelo Centro de Formação Dom José Rodrigues e as perspectivas depois de passar pelo período de convivência:

Outros jovens passaram, trabalharam como técnicos em algumas organizações e agora voltaram para sua comunidade são agricultor agricultora, criadores de bode, de abelha que tem a formação técnica tem um entendimento sobre convivência com o semiárido e são agricultor e agricultoras da convivência com semiárido familiares. Então esse projeto de República do IRPAA tem contribuído bastante para criar isso que se chama sucessão rural com jovens que atuam seja na propriedade, sua família, na sua própria propriedade ou nos movimentos sociais do município com diferencial que é essa proposta clara da convivência com semiárido. (J.M, entrevista, Juazeiro, 2022).

A sucessão rural trazida por José Moacir na perspectiva das juventudes que passam pelo centro é bastante significativa, pois os jovens do meio rural iniciam a lida com as atividades de campo muito cedo, essas tarefas são passadas de pai para filhos e assim seguem, fazendo as inúmeras atividades, porém muitas vezes não refletem o por que fazer. No entanto, o jovem que vivencia essa experiência sai um

jovem bem mais preparado por todos os aprendizados e práticas no cotidiano. Em resumo será um jovem preparado para não só experimentar em sua propriedade, mas também um jovem que contribuirá nos processos educativos com outros jovens, com seus familiares e com outras comunidades rurais. Na perspectiva da educação contextualizada, inclusiva e participativa, avalia-se a riqueza e transformação de vida dos sujeitos participantes da república de estudantes do centro de formação e de acordo com a residente (2022) Frade:

A república do IRPAA ela é um local de aprendizado e também que reconstrução dos jovens, então a partir do momento que a gente passa a ter essa vivência aqui, dia após dia nós somos preparados para defender comunidades é preparados para falar e para defender é a convivência com semiárido e também a gente é preparado para viver e ter um olhar crítico, diante das coisas que acontecem na sociedade, aqui também nós temos a oportunidade de ocupar vários espaços que vai desde uma troca de conhecimento com agricultor e doutor até ocupar um lugar na universidade, ocupar um lugar na universidade para quem é de comunidade tradicional é bem difícil (FRADE, entrevista, Juazeiro, 2022).

As juventudes do Semiárido que vivenciam a proposta de educação voltada para o contexto regional, para as comunidades, para as demandas coletivas e individuais dos sujeitos. A experimentação, o novo, a prática, tudo isso gera no jovem o combustível para querer aprender e a buscar mais conhecimentos. O ambiente comunitário proporcionado pelo Centro de Formação preenche de certa forma a ausência dos familiares e no processo de acolhimento das juventudes estabelece-se ali as relações de família, as vivências coletivas entre meninos e meninas de diversos municípios. Também são desenvolvidas as relações de cuidados familiares como ocorre de costume nas comunidades. O Jovem Umbuzeiro, relembra sua trajetória até ingressar no CFDJR (2018).

Fui convidado a participar de uma escola de formação, a escola de Formação de convivência com semiárido e desde então eu fiquei muito encantado com o espaço com a forma de ensino, as práticas, as formações, o debate em si da convivência com o semiárido, desde então não tinha visto em qualquer outro espaço, e como desde sempre eu gosto da pecuária gosto da agricultura, venho de família que desde sempre mexeu com pecuária e com a agricultura, me envolvi ajudando meus pais desde os 10 anos, tanto na parte de animais como na parte de plantas e sempre tive um sonho de poder estudar nessa área, poder atuar, é de certa forma na minha região. (UMBUZEIRO, entrevista, Juazeiro, 2022).

Para alguns jovens, sair da sua zona de conforto para experimentar, conhecer algo novo gerou uma transformação pessoal para além do que se imaginava, mesmo para àqueles jovens que têm uma relação mais urbanizada, pois sua comunidade era

bem próxima da cidade, ou até mesmo para àqueles jovens que não completaram o curso por algum motivo. Então, esse jovem compreende e tem uma percepção diferente sobre o Semiárido, mesmo morando nessa região. Há também a disseminação dos conhecimentos em suas comunidades e em suas práticas cotidianas adquiridas no decorrer da formação, que não estão restritos a comunidade, mas também nos espaços ocupados.

O jovem na entrevista que nos concedeu passa a refletir sobre situações vividas, ressignificando muitas coisas que em outros momentos talvez não fosse possível, mas que a partir da convivência foi motivado a enxergar novas possibilidades de ser e existir.

Eu vejo assim uma vasta mudança tanto pessoal, quanto profissional é e digo até mesmo espiritual, onde nesses quase 5 anos de República IRPAA, tenho uma nova ideia, um novo jeito de pensar, um novo jeito de agir, e aí vai desde conhecimento político, conhecimento religioso, conhecimento de gênero, conhecimento bem amplo e que se eu tivesse hoje na minha comunidade talvez eu não teria tanta informação e tanto conhecimento como tenho hoje. (UMBUZEIRO, entrevista, Juazeiro, 2022).

Quanto aos lugares de privilégio em acessar os espaços de formação, espaços de educação que muitos filhos e filhas de agricultores familiares não acessariam, não tiveram oportunidade, muitos até não conheceram o centro de formação e como ele funciona para a inserção do jovem:

Eu sempre falo que eu sou um jovem que me encontro na lista dos jovens privilegiados de ter passado, de ter adentrado no espaço da República do IRPAA e por isso eu sempre eu sou grato e sempre serei grato ao IRPAA e a UAVS, que é a união das associações do vale do Salitre, que foi quem me deram a oportunidade de entrar nesse espaço e hoje me vê esse jovem preparado, é com uma bagagem incrível com a bagagem muito positiva e pronto e pronto para compartilhar todos esses meus conhecimentos adquiridos desse período de quatro anos, com a minha comunidade e também com o ciclo de amigos né, não só da comunidade como também da minha região da minha que é o salitre. (MANDACARU, Entrevista, Juazeiro, 2022).

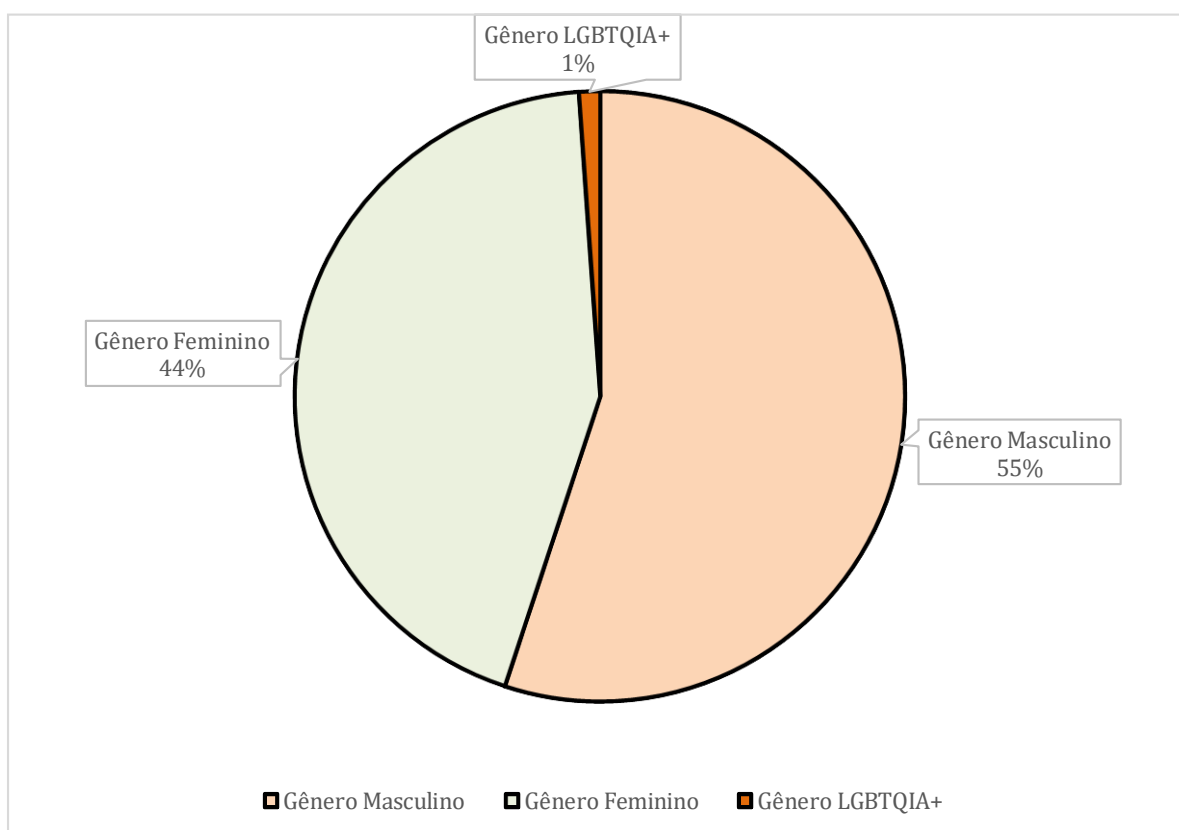
A jovem reforça sobre a importância da República na sua auto afirmação e as diversas contribuições na sua vida pessoal e profissional:

Falando enquanto mulher, numa comunidade tradicional é através da República que eu aprendi muito sobre o emponderamento feminino, aqui nós somos ensinados e formados para ocupar qualquer lugar que a gente queira, para não se sentir diminuída por ser mulher e sim lutar por nossos direitos enquanto mulher e somos instigadas a ocupar vários espaços. A República do IRPAA nos proporciona isso, ela nos dá essa oportunidade de continuar os estudos, fazer uma graduação e aí nesse espaço também além das

formações sobre semiárido, nós recebemos informações sobre vários assuntos que vai desde a questão de gênero, questões políticas, sociais e culturais e entre várias outras. E além da gente ser formado profissionalmente, a gente recebe essa informação pessoal que é para ter um olhar mais amplo e uma mente mais aberta para a gente debater e enxergar mais vários assuntos. (FRADE, entrevista, Juazeiro, 2022).

O Centro de formação como espaço formador e emancipador tem gerado nos jovens que por lá passam e/ou passaram, sejam estes como residentes ou visitantes, o sentimento de esperança em dias melhores e estimulados, e relatam que ao retornarem para suas comunidades ou ao atuarem como profissionais, adquiriram uma visão mais ampla sobre seu lugar, além de abrir um leque de reflexões a partir da formação dessas juventudes, bem como passaram a enxergarem-se como os sucessores da convivência com o Semiárido.

FIGURA 05: Participação de jovens por gênero



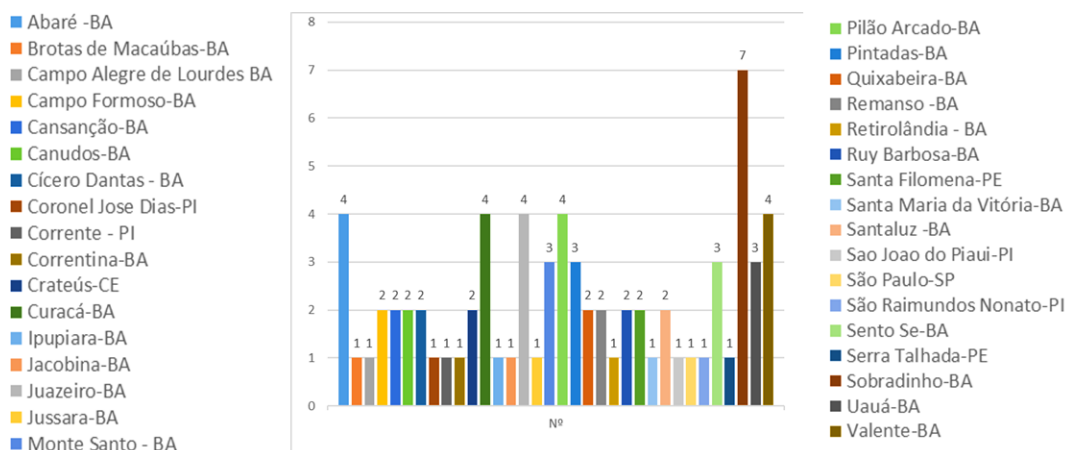
Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022)

A amostragem foi feita, a partir da resposta de 89 jovens pesquisados através da aplicação de questionário via google forms (ver apêndice b), foi identificado que desses 89 jovens que responderam ao formulário, 39 correspondem ao gênero feminino, 49 ao gênero masculino e 1 ao gênero LGBTQIA+. O que nos leva a refletir

sobre a grande quantidade de homens que passaram pelo processo de formação continuada através da república. Outro ponto para avaliar essa participação mais baixa de mulheres é devido ao receio que os pais tinham em deixar suas filhas saírem de casa, já para a baixa participação de e homossexuais é tido como avanço já que diante da sociedade em machista os espaços sempre foram vistos como massivamente masculinos, então ter a participação e a liberdade de se auto afirmar é bastante significativo para pensar e construir políticas públicas para essas juventudes. Pois, em 1985 a 1993 que parece tão cedo, mas não é, naquela época ainda existia e era fortalecida essa ideia dentro dos lares de que as mulheres só saíam de casa para casar ou com supervisão do pai, da mãe ou morar na casa de algum parente, pois os pais além, da ideia de ficar por um tempo sem suas filhas ainda tinha que lidar com pensar sobre os cuidados e se estavam seguras. Porém muitas famílias passaram a conhecer o trabalho do IRPAA e conhecer o centro de formação, podendo comprovar que de fato a vinda para a república seria a oportunidade que nunca teve. Nessa perspectiva, o IRPAA também contribuiu para esse novo olhar sobre a igualdade de gênero e que essa igualdade de gênero também se faz necessário ser percebida nas comunidades rurais.

Por outro lado, a reflexão que se faz da boa participação masculina são duas: A primeira é que as atividades voltadas para agricultura e pecuária sempre tiveram maior representatividade masculina, seja na lida com os animais ou na lida com os cultivos. E, nessa ideia de sucessão rural o jovem daquela época buscava sempre entender mais sobre como melhorar e aumentar sua produção, pois as dificuldades em relação a produzir em suas propriedades só aumentavam a cada dia e entender sobre as condições climáticas da região e sobre as estratégias para se viver bem chamava atenção desse público. Outro fator que deve ser levado em conta é que para o jovem, o menino sair de casa era visto como normal pelos pais, pois o que de forma inconsciente reforçar a ideia de que não havia essa equidade de gênero e ela não existia não por que as famílias não queriam, mas sim, porque não tinham as mesmas informações que têm hoje.

FIGURA 06: Estados e Cidades de origem dos estudantes



Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

Aqui é possível identificar a origem dos jovens ingressantes no Centro de formação, bem como os municípios com maior grau de participação, distribuídos em 34 municípios, de diferentes estados do Semiárido Brasileiro, predominando Bahia, Piauí, Ceara, e Pernambuco, a representatividade de jovens tem fortalecido o debate de convivência com o Semiárido atingindo outros estados e não só a Bahia. A convivência que aqui trata não é pautada somente pela socialização dos sujeitos em questão, mas sim por todas as relações e essa diversidade representada no CFDJR, é entender o lugar de vez do outro a partir das suas particularidades, sotaques, gostos culinários, gírias, gostos musicais entre várias outras coisas que caracterizam os jovens, ao final a junção dessas inúmeras personalidades consolidam as ações necessárias para o bem viver coletivo, pois as sementes da proposta de convivência com o semiárido foram semeadas em vários territórios e estas juventudes tem a missão de cuidar para que gere bons frutos.

A figura 06 mostra a distribuição dos jovens por município: O município de Sobradinho- BA com 7 pessoas o que corresponde a 12% dos jovens, em segundo Curaçá-BA com 6, representando 10% e logo em seguida Campo Formoso- BA, Valente-BA, Abaré-BA, Monte Santo -BA e Pintadas-BA, com 4 jovens cada município o que corresponderia 7%. Havendo participação dos demais municípios, porém menos que as aqui citadas. Ao analisar a figura e de acordo estudos durante a pesquisa é possível dizer que a maior participação é correspondendo ao município de Sobradinho devido a escola família agrícola da época que já trabalhava com a juventude, mas que passado o processo de formação na EFAS alguns jovens eram

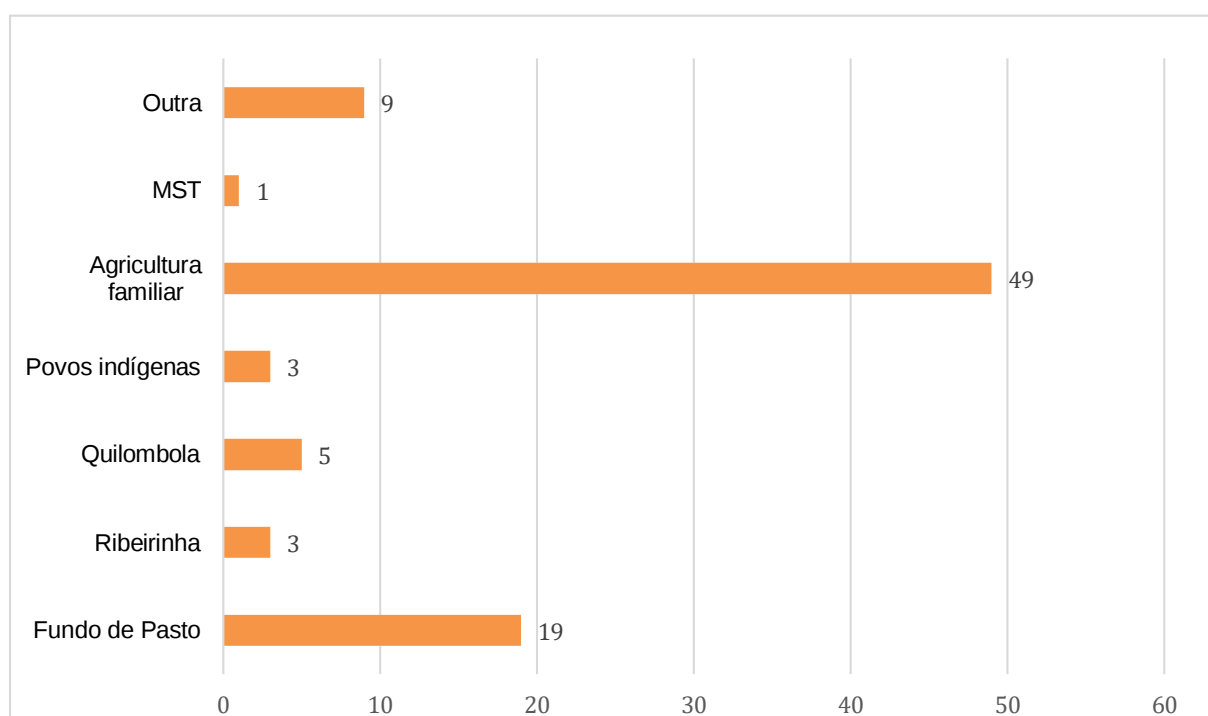
indicados para participarem da república e ou aqueles que não conseguiam vagas na escola família também poderiam ter a oportunidade de ingressarem no CFDJR.

Nós sabemos que aqui também tem os desafios e alguns desses desafios é a rotina intensa de atividade de estudo e também a convivência com os outros jovens que vem cada um de um município, cada um com suas particularidades, para ter noção atualmente aqui na República tem jovens indígenas, quilombolas, tem de tradicional de fundo de pasto e ribeirinha, então todo mundo misturado, então a gente passa conviver juntos e juntas e no dia a dia a gente tem que aprender a respeitar a originalidade de cada jovem, para assim termos uma boa convivência. (FRADE, entrevista, Juazeiro, 2022).

A saída do jovem de casa, da comunidade, do espaço de convívio com os familiares para conviverem em outros espaços e com indivíduos diferentes e de diferentes crenças, culturas, gostos e saberes diferentes dos seus é visto pelos jovens como um desafio. As juventudes, em especial, de comunidades rurais tradicionais carregam consigo costumes que são presentes nas suas comunidades e assim, são com todos os outros que pertence a outras etnias. No entanto, no espaço promovido pelo Centro de Formação permite que essas juventudes se aproximem e se socializem e, ao tempo que isso vai acontecendo, os jovens vão percebendo a grandeza de conhecimentos que o outro pode lhe oferecer e, por mais que venham de realidades parecidas, não são iguais, e que o respeito prevalece acima de tudo.

Esse jovem ao beber dessa fonte espera-se que ao retornar para suas comunidades desenvolvam trabalhos que contribuam no fortalecimento de suas organizações, seja associação ou grupos, assim como o mesmo teve a possibilidade de desenvolver ações práticas de convivência com o Semiárido dentro de sua própria unidade familiar, e que de forma espontânea, torne um multiplicador das ações de convivência e um incentivador de outros jovens ao problematizar sobre sua região e suas viabilidades, mostrando que o Semiárido também é construído por jovens.

FIGURA 07: Comunidades de Origem dos Jovens



Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

Conforme apresentado na figura anterior voltado para o mapeamento das comunidades de origem dos jovens que passam pela CFDJR. Contendo juventudes do movimento sem-terra, agricultura familiar, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e comunidade tradicional de fundo de pasto e outros. Destacam-se as comunidades de agricultura familiar, sendo que dos 89 estudantes, 49 foram oriundos dessa agricultura, 19 correspondem aos jovens advindos das comunidades tradicionais de fundo de pastos, 5 são de comunidades tradicionais quilombolas, 3 de comunidades ribeirinhas e 3 de comunidades indígenas.

Um ponto bastante relevante e que deve ser considerado são esses 9 jovens, estes estão entres os grupos que se auto reconhecem e se auto denominam como sendo jovens pertencentes às comunidades com multiplicidade de tradições e/ou costumes, por exemplo, uma comunidade de fundo de pasto pode se reconhecer como fundo de pasto e também quilombola, tradicionalmente os dos povos são respeitados, bem como os dentro dos grupos indígenas é praticada agricultura familiar.

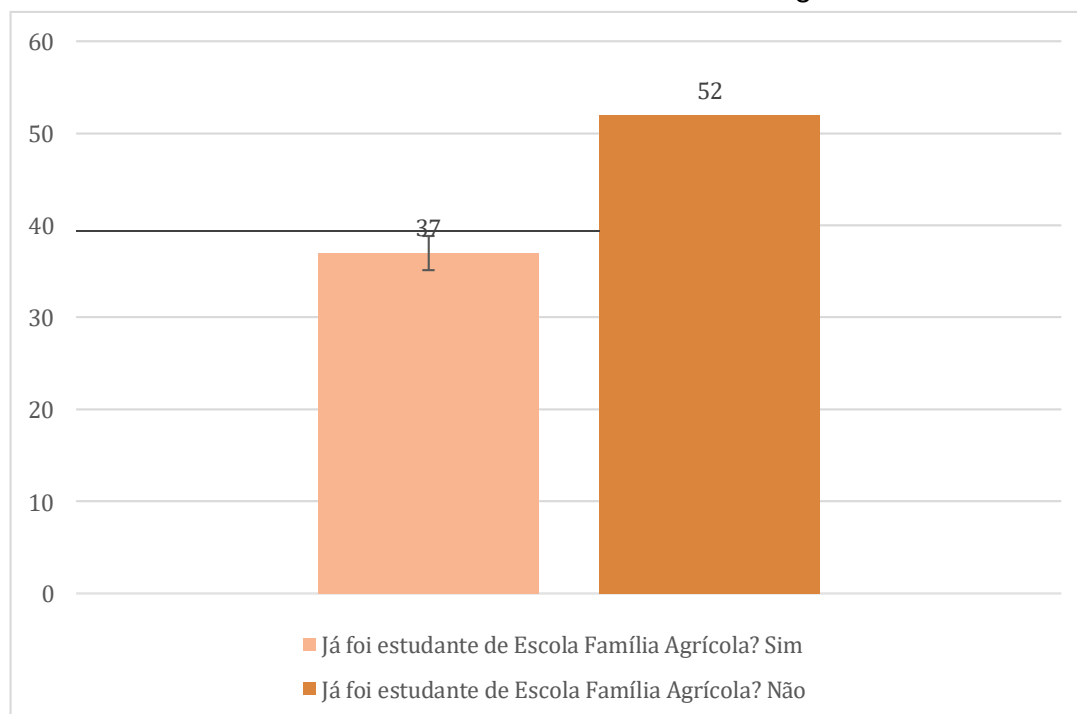
De certo é notório que a participação em sua maioria está centrada na participação de filhos e filhas de agricultores familiares. Assim como era pensado no início da fundação do centro de treinamento, mas vale ressaltar que esse público é

misto e que compreende tanto as juventudes das regiões irrigadas como também as regiões onde se pratica a agricultura de sequeiro. Um dos avanços bem significativo foi garantir a participação dos demais grupos, como por exemplo, movimento sem-terra e as juventudes tradicionais quilombolas e indígenas. É importante dizer que esses povos dia após dia estão deixando de existir por não terem espaços que acolham e que respeitem os povos originários. É preciso garantir o protagonismo dos jovens, assim como ressalta Oliveira (2005):

O protagonismo juvenil perpassa por diversos âmbitos sociais e pode ser manifestado das mais variadas formas, que devem ser respeitadas por toda a sociedade e de fato oportunizar a inserção desses jovens em ambientes que contribuam para o seu crescimento, intelectual, pessoal social e em especial humano. (OLIVEIRA, 2005 P.10).

Na figura a seguir avalia-se a participação dos jovens a partir do ingresso em outros espaços educativos antes do ingresso no Centro de Formação e se esta tem influência direta nesse aumento na participação dos jovens oriundos da agricultura familiar como aponta a figura anterior. A sondagem teve como objetivo identificar dentre esses jovens quantos são egressos de EFAS.

FIGURA 08: Estudante de Escola Família Agrícola

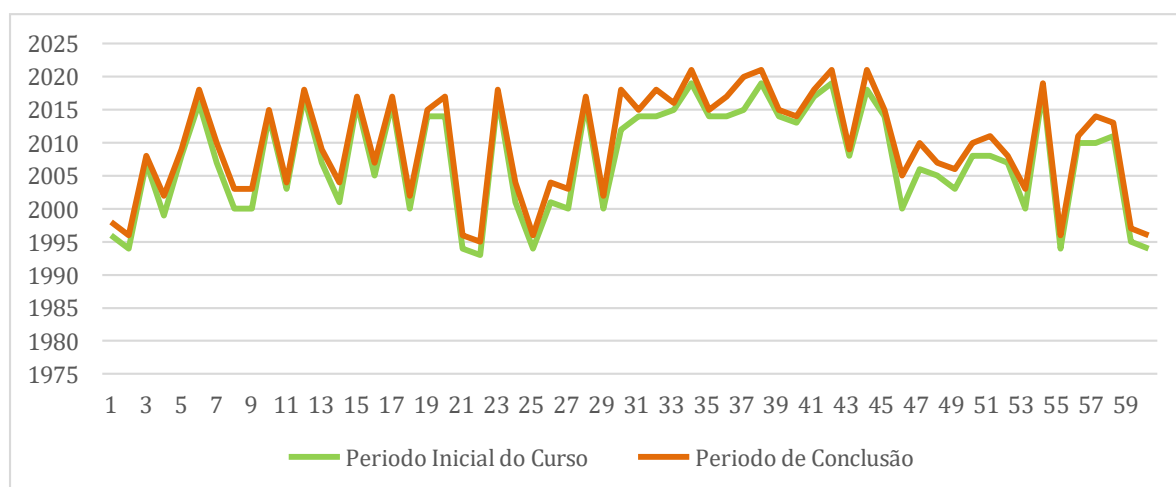


Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

De acordo com as respostas dos entrevistados, dos 89 jovens que passaram pela experiência de ensino, 37 foram estudantes de escola família agrícola e depois ingressaram no CFDJR. As EFAS presentes estão localizadas na cidade de Dom Fragoso -CE; Sobradinho; Valente; Monte Santo; Correntina; Cícero Dantas; Pintadas; Jaboticaba e Quixabeira as 8 na Bahia. Foi percebido a partir do estudo de dados que há uma procura grande dos estudantes que saem das EFAS, acredita-se que é devido à necessidade que os jovens têm em dar continuidade aos estudos, seja o complemento do curso técnico e aprofundamento da experiência prática, seja a oportunidade de acessar o curso de nível superior, já que na região do Sertão do São Francisco existem duas grandes Universidades públicas (UNEB e UNIVASF) e os Institutos Federais (IFs de Pernambuco e Bahia), coisa que nas cidades de origem dos jovens não têm estes espaços.

Os jovens que já passaram pelas escolas famílias agrícolas em sua maioria finalizam o curso de nível técnico que em algumas situações já fazem o ensino médio e depois as disciplinas técnicas. Nesse sentido vale considerar que esses 37 jovens que ingressam o Centro de formação são jovens que vem para cursar a graduação, seja na universidade do Estado da Bahia ou pela Universidade Federal do Vale do São Francisco. O que significa dizer que são juventudes que já vêm de uma militância e tem uma compreensão de mundo a partir das suas vivências e que essas experiências se somam as experiências no CFDJR.

FIGURA 09: Período de início e de conclusão dos cursos e residência dos jovens.



Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022)

A figura acima nos mostra os anos de mais assiduidade dos jovens que cursavam algum curso de nível superior ou nível técnico. É perceptível que entre os anos 1995 a 2021, meninas e meninos ingressavam e também concluíram seus cursos, destacados nas cores verde e laranja, a cor verde corresponde aos anos de ingresso dos jovens no CFDJR e já a cor laranja é definida como o período em que os jovens concluíram o curso.

A média de duração dos cursos nesse período ofertados pela antiga agro técnica tinha variação, existiam os pós médio que o estudante cursava apenas 2 anos e o subsequente que era para aqueles estudantes que ainda estavam no Ensino Médio e que desejavam se profissionalizar, para isso estudava-se os dois primeiros anos e, no último ano, estudava-se as disciplinas específicas técnicas do curso de desejo do estudante. Desta forma, o jovem residia no Centro de Formação Dom José Rodrigues, o estudante que estava para concluir seu curso nesse período também podia refletir sobre as condições climáticas e a grande estiagem que se estendeu até os anos 1990 que trouxe muitos problemas à tona, revelando a necessidade de buscar estratégias para conviver na região. Como o estudante do Centro De Formação, com certeza já se tinha um novo pensar sobre o Semiárido a partir de suas vivências, levando assim ensinamentos bastante ricos em relação a produção no semiárido, condições climáticas, modelos de produção apropriadas e etc.

Como bem lembra o entrevistado Mandacaru (2022):

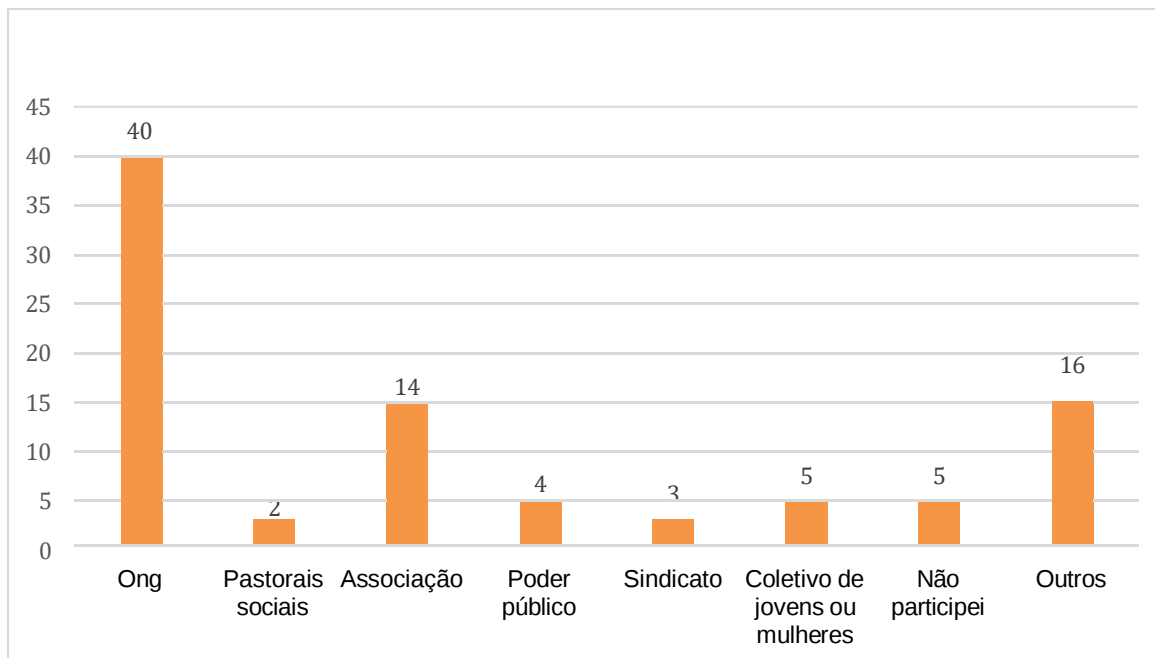
O que contribuiu com esse meu conhecimento foram às formações é, dos eixos dos pilares da instituição né, as práticas de campo e a própria convivência com os jovens né, de cultura, de cidades, de costumes e até estado diferente, que isso agrega muito no conhecimento, agrega muito na bagagem do jovem que passa pela república e não foi diferente comigo né, agregou muito é na minha bagagem tanto pessoal, como também profissional (Mandacaru, entrevista juazeiro, 2022).

5.2 AS JUVENTUDES DO SAB EM DEFESA E ANUNCIAÇÃO DA CONVIVÊNCIA COMO NOVO LUGAR E VOZ DOS POVOS DO CAMPO SERTANEJOS

As juventudes ao retornarem para suas comunidades rurais ou ao término de sua formação seja no curso técnico ou na graduação, estes têm desenvolvido diversos trabalhos que estão ligados a sua origem e territorialidade, são juventudes que ocupam os mais diversos espaços afim de contribuírem para o bem viver coletivo

e realização pessoal. Resultado disso é a participação dessas juventudes em diferentes espaços sociais

FIGURA 10: Após a república, você teve/tem atuação social em algum espaço.



Fonte: Elaborado por SANTOS, Lealda (2022).

Os resultados demonstrados na figura reafirmam o debate em questão, das 89 respostas ao questionário 40 jovens sinalizaram que atuam ou já tiveram atuação em organizações não governamentais com serviço de assessoria técnica e extensão rural, logo ao saírem da República, 14 afirmam desenvolver ou já terem desenvolvido trabalhos em associações comunitárias, apenas 2 desenvolvem ou desenvolveram ações junto as pastorais, 3 nos sindicatos dos trabalhadores rurais, 5 trabalham ou já trabalharam em grupos ligados a coletivos de jovens ou mulheres, 4 desses prestam ou já prestaram serviços voltados para o poder público/ secretária de governo, etc. 5 dos participantes dizem não ter participado de nenhum espaço social ao sair do CFDJR e 16 desses jovens afirmam ter ocupado ou ocupam algum espaço social ligado a convivência com o Semiárido e afins, bem como organizações parceiras, assim como nas redes de escola família agrícola, igreja, cooperativa, secretária da agricultura, poder público, empresa privada, grupos religiosos, fórum, etc.

De acordo os dados pesquisados, a maioria dos jovens continuam sendo multiplicadores da Convivência com o Semiárido, seja desenvolvendo trabalhos em suas comunidades de origem ou em outras comunidades. Vale ressaltar que mesmo

os jovens que não retornaram para suas comunidades estes continuam desenvolvendo trabalhos e ações em prol de outras comunidades do Semiárido Brasileiro, seja através da execução de projetos de assessoria técnica, seja como professores/ nas redes de escola família agrícola, seja em escola municipais, seja nas associações, seja junto ao poder público pensando estratégias viáveis para agricultura familiar e convivência com o Semiárido e em vários outros espaços, em fórum de Educação Contextualizada. Ou seja, esses jovens continuam exercendo sua militância sem perder sua essência de jovem do campo, jovem do Semiárido.

Independente do espaço em que as juventudes que passaram pelo Centro de Formação estejam ocupando atualmente, este jovem vem semeando as sementes e colhendo bons frutos. Conclui-se que, ao longo desses 28 anos, o IRPAA através do CFDJR tem contribuído na mudança de vida de inúmeros jovens, mulheres e homens que passaram por formações que os capacitaram para a vida e que hoje compartilham seus saberes em todos os espaços em que estão inseridos. As juventudes que hoje não ocupam espaços sociais de atuação direta, mas que fazem a diferença como agricultor ou agricultora em suas comunidades, pois o estudante que passa por essa experiência também opta por permanecer em seu território e pôr em prática aquilo que aprendeu.

Podemos considerar após as análises dos dados coletados na pesquisa de campo, que os jovens anunciadores da convivência defendem o Semiárido a partir da sua ótica, a partir das suas necessidades e os jovens que hoje tem atuação direta nas comunidades de agricultura e comunidades tradicionais, conseguem propor e contribuir ainda mais na socialização do saber e na reivindicação por direitos e políticas públicas enquanto sujeitos de direitos. E essa compreensão se dá porque o jovem vivenciou e vivência diariamente os desafios da vida no campo, no entanto, estes jovens têm o papel de sensibilizar outros jovens no seu processo emancipatório, na valorização de suas territorialidades, na valoração dos seus costumes e para, além disso, contribuírem para que estes indivíduos despertem o senso crítico e reafirmação da sua identidade enquanto sujeitos pertencentes ao território do Semiárido.

O protagonismo dessas juventudes também é repercutido nos espaços como as Universidades, estes jovens nesses lugares têm contribuído também para o despertar de outras juventudes sobre a reflexão da sua identidade, seu território.

Mesmo que esses jovens não reflitam sobre seu contexto, não é isso o que aqui apresento é que a partir da convivência entre sujeitos eles passam a refletir e ressignificar muitas coisas que antes não acontecia, os espaços não permitiam expor. E é exatamente na universidade e espaços de interação que floresce na juventude, o sentimento de construção, de ser e fazer parte, de se posicionar, reivindicar, propor, sugerir ele também tem o poder de decisão, pois os espaços de educação tem que se adequarem as demandas dos sujeitos e não os sujeitos a eles.

As pautas colocadas pelos sujeitos de direito têm contribuído para que os espaços, principalmente educativos como as universidades se preocupem em pensar uma universidade inclusiva, que compreenda as diversas personalidades e abrace as relações de gênero, bem como repensem a acessibilidade dos jovens que também buscam ingresso nesses espaços e que a academia seja lugar que motive a formação não só acadêmica, mas também a formação humana e dos aspectos que nela existe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se este trabalho de pesquisa constatou-se a necessidade de debater e visibilizar a trajetória dos jovens das comunidades que passaram pelo CFDJR, bem como a contribuição desses sujeitos para suas comunidades e para o Semiárido a partir de suas ações. Buscou-se compreender os processos que contribuem para emancipação e protagonismo destas juventudes advindas das comunidades rurais de vários estados e municípios do Semiárido Brasileiro. E que passam por este espaço educativo não escolar proposto pelo Centro de Formação Dom José Rodrigues. Apresentando como tema: Juventudes em Defesa e Anunciação da Convivência com o Semiárido a partir do IRPAA/Centro de Formação Dom José Rodrigues.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral: Compreender o processo de inserção das juventudes no espaço educativo Dom José Rodrigues, na perspectiva da educação contextualizada e as contribuições para a formação desses jovens como defensores e anunciadores de um novo lugar e voz para a região semiárida. Constatou-se que o objetivo geral foi atendido por que o trabalho conseguiu em verificar e apresentar através de resultados quantitativos e qualitativos que os jovens que passam pelo processo de educação continuada em espaços educativos não escolares tornam-se jovens defensores e anunciadores da Convivência com o Semiárido Brasileiro e juventudes disseminadora das ações do bem viver coletivo, com atuação em diversos espaços sociais.

O Objetivo específico inicial da pesquisa foi compreender o projeto de Convivência com Semiárido como um projeto de identidade regional e o IRPAA como um de seus protagonistas. O mesmo foi atendido uma vez que as ações desenvolvidas pelo IRPAA tem sido exemplo na formação das juventudes filhos e filhas de agricultores de comunidade rurais tradicionais. Tendo como resultado a inserção de jovens em organizações não governamentais (ONGs), fortalecimento da identidade dos sujeitos e seus territórios, cultura, tradições, relação de gênero etc. Além do despertar para que as juventudes continuem se inserindo nos espaços acadêmicos, universidades, institutos e etc.

Pode-se constatar no segundo objetivo específico: Onde apresenta a proposta da educação contextualizada e suas ações em rede e compreender o lugar do IRPAA. O mesmo foi atingido e foi percebido através do trabalho em rede as ações do IRPAA

se fortaleceram e hoje respaldam em políticas públicas viável para o semiárido, e essas ações a priori pensadas para um público menor, atualmente são expandidas para outros jovens que não estão necessariamente residindo no centro de formação ou que tenha vínculo com a ONG em questão.

Ainda foi comprovado através do terceiro objetivo sobre descrever as ações desenvolvidas no CFDJR sobre a convivência com o semiárido que essas ações são frutos de muitas lutas e persistência e que foi necessário se comprovar praticando e as tecnologias existentes no centro de formação são parte do fortalecimento da ideia de vida digna e viável no semiárido, as mesmas usadas como espelho para outras ONGs e para os próprios jovens possam experimentarem em suas comunidades.

Os objetivos quatro e cinco foram atendidos que teve como perspectiva analisar de que forma o CFDJR contribui na formação emancipadora para os jovens que vivenciaram esta experiência e no processo de apreender a formação das juventudes do CFDJR para que as mesmas sejam anunciadoras da convivência com semiárido. Resultado bastante significativo, pois trata-se dos vários relatos das juventudes sujeitos envolvidos na pesquisa, a trajetória contada a partir da ótica dos sujeitos envolvidos no processo, apontando como sendo este espaço o instigador a refletir sobre o lugar de vez e de voz. Constatou-se e foi comprovado que CFDJR/IRPAA é sim um espaço que tem colaborado diretamente para a emancipação dessas juventudes e no despertar destas para exerça seu protagonismo enquanto sujeitos de direitos e sua importância para os povos do semiárido.

A pesquisa partiu da hipótese de verificar: Qual a contribuição do CFDJR para as juventudes do SAB. A mesma foi confirmada a partir da análise dos dados coletados em campo, entrevistas e formulário.

Logo a situação problema da pesquisa que pretendia saber se a educação não escolar proporciona emancipação das juventudes advindas do Centro de Formação Dom José Rodrigues? E de fato a mesma foi confirmada como apresentadas nas análises dos dados coletados com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Os jovens ao concluírem sua formação tem a oportunidade de não só retornar ao seu lugar de origem e contribuir com as ações em seu território, como também pode ir contribuir para com outras comunidades e grupos do semiárido, anunciando o que aprendeu e experimentou durante seu processo de residência.

Para responder aos objetivos e problema da pesquisa e por se tratar de uma pesquisa etnometodológica de cunho quali-quantitativa, classificada com base nos procedimentos técnicos como pesquisa bibliográfica e análise documental. Somada as vivências da pesquisadora que também está entre os jovens que estudaram no CFDJR, foi observado grupos visitantes do CFDJR, além da realização de entrevistas com gestores do IRPAA e coordenação dos jovens, seguindo da aplicação de questionário via google forms com estudantes que já passaram pela experiência de educação em espaço não escolar.

A partir da metodologia utilizada na pesquisa foi tido como limitações o pouco tempo para realização da pesquisa, por se tratar de uma temática particular de um grupo não foi fácil encontrar aporte teórico, principalmente no que diz respeito as juventudes do semiárido brasileiro que ao meu ver ainda precisa ser e aparecer mais em trabalhos acadêmicos, por compreender que as juventudes precisam ser vistas como jovens que são. Na verdade, possuem pouquíssimos trabalhos voltados para as juventudes em especial da região do semiárido brasileiro. Também avalio como limitação a distância entre os pesquisados e pesquisadora, pois dos 160 jovens que passaram pelo centro de formação, apenas 89 responderam ao questionário o que devido as demandas do dia a dia nem todos conseguiram responder a tempo, mesmo acontecendo de forma virtual, outros devido estarem em outros municípios não foi possível fazer contato.

Espera-se que os futuros pesquisadores/as busquem se aprofundar e escrever mais sobre as diversas juventudes que compõe o Semiárido que vão além da faixa etária, que a temática juventude seja vista não só em artigos, mas também em dissertações e produções maiores. Anseia-se que todos os jovens possam ter acesso à Educação Contextualizada, seja a mesma em espaço formal, informal ou em espaço educativo não escolar.

Através desta pesquisa, foi possível aprofunda-se mais sobre o Centro de Formação Dom José Rodrigues, cujo resultados podem trazer contribuição para a Academia, para o IRPAA, para as juventudes, em especial as juventudes e para as comunidades tradicionais rurais do vasto território Semiárido Brasileiro.

REFERÊNCIAS

Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). Semiárido - é no semiárido que a vida pulsa. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/semiarido>. Acesso em 20 de junho de 2022.

Brasil. **Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares.** São Paulo: Editora UNESP, 2008. (Paradidáticos. Série Cultura).

CARVALHO, Luzineide. **A Educação Contextualizada como Itinerário Descolonial e Complexo Aplicado ao Ensino da Geografia nos Contextos Semiáridos.** 2010.

CARVALHO, Luzineide. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e programas de ‘convivência com o semiárido’ no território de Juazeiro- BA.** 2010.

Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro: Interfaces entre a educação do campo e a convivência com o Semiárido Brasileiro: selo editorial RESAB, Juazeiro-Ba, 2012.

Campanha pioneira pelas cisternas de água de chuva, pilar da convivência com o semiárido. A memória de um bispo. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513481-religiao-e-fe-nao-podem-se-limitar-ao-ambiente-da-igreja-o-legado-do-bispo-emerito-de-juazeiro-entrevista-especial-com-haroldo-schistek>. Acesso em 23 de junho de 2022.

Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social. Organizadores: Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder. BAPTISTA Naidison de Quintella, CAMPOS Carlos Humberto Editora IABS, 2013. Acesso em: 20/04/2022 Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/convivenciacomosemiaridobrasileiro.pdf>.

CARVALHO, Luzineide. **Desvelando Imagens de um Sertão ‘Seco e da Fome’ e Ressignificando Saberes:** A proposta da educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro. Revista Ponto de Interrogação, 2014.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança.** São Paulo, Cortez, 2015.

Estratégia de Convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos (as). Participantes / Irio Luíz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores) Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS /REDEgenteSAN /Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS /Agência Espanhola de Cooperação Internacional para Desenvolvimento – AECID

/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.VI.Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. IBGE: Curitiba, Brasil, 2006; p. 775

MATTOS, Beatriz. **Educação no contexto do Semiárido Brasileiro [Natureza e sociedade no semiárido brasileiro: Um processo de aprendizagem social?]**. Fortaleza: Fundação Konrad Adnauer: Selo editorial RESAB, 2007.

No Semi-árido, Viver é Aprender a Conviver: Conhecendo o Semi-árido em Busca da Convivência. Disponível em: <https://irpaa.org/publicacoes/cartilhas/no-semiarido-viver-e-aprender-a-conviver.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2022.

OLIVEIRA, Adelson; RIOS, Jane. **Juventudes, políticas públicas e educação: Olhares e perspectivas sobre o semiárido**, São Cristovão- SE, 2012.

SOUZA, Judenilton; SANTOS, Julio; SANTOS, Lealda e et al. **Organização Social e Protagonismo Juvenil**. Juazeiro – BA, 2019.

OLIVEIRA, Adelson. **Viagem-formação: Documentação Narrativa de Experiências Pedagógicas de professores (as) no Ensino Médio de escolas rurais**. Salvador- BA, 2019.

SANTOS, Mônica. et al. **Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas**. São Paulo: Cortez, 2006.

SEVERO, José. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Rev. brasil, Brasília, 2015.

KUSTER, Angela. et al. **Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro**. 2º edição. Fortaleza: Editorial RESAB. 2004.

KISHIMOTO, Tizuko. **Alfabetização e letramento/literária no contexto da educação infantil: desafios para o ensino, para a pesquisa e para a formação**. In: FRADE, Isabel et al. (org.).p.18-36. Belo Horizonte: Autêntica,2010.

PATER, Siegfried. **O bispo dos excluídos**: Dom José Rodrigues. Paulo Afonso: Fonte viva, 1992.

REIS, Edmerson. **A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação do curricular das escolas do campo**. Salvador-BA, 2004.

Relatório Anual: 20 anos -**Trilhando caminhos para a consolidação da convivência com o semiárido.** (org) CUNHA, Andrews; SILVA, Érica Daiane; ARAÚJO, Lucineide. Juazeiro- BA, 2010.

SCHISTEK, Haroldo: Relatório Anual. **25 anos trabalhando para convivência com o semiárido.** Juazeiro – BA, 1ª Edição, 2015.

TROILO, Gabriel. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Revista NERA, Presidente Prudente, Edição Especial pp. 144-156, 2016.

WEISHEIMER, Neilson. **Juventudes Rurais: Mapa de estudos recentes.** MDA/NEAD. Brasília, 2005.

APÊNDICE A – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

APENDICE 1: Sistema de reuso de águas totais com reator UASB.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 2: Área de pastagens irrigada com água de reuso de águas totais.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 3: Sistema BIOÁGUA/Tratamento de águas cinzas.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 4: Área de cultivo de fruteiras irrigadas com água de reuso de águas



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 5: República Feminina

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 7: Refeitório

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 9: República Masculina.

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 6: Sistema PAIS

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 8: Cisterna de Consumo.

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 10: Bacia de evapotranspiração-BET.

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 11: Fabrica de Beneficiamento.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 12: Viveiro de mudas.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 13: Barreiro Trincheira.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 14: Área de reccatingamento.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 15: Área de leucena.



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 16: Área de preservação da



Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 17: Cisterna de produção

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 18: Bomba D'Água Popular- BAP

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 19: Entrada do Salão Principal de

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 20: Dormitórios.

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APENDICE 21: Marco da Paz.

Fonte: SANTOS, Lealda (2022).

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS**(Público: Estudantes que passaram pelo CFDJR)**

- 1- NOME COMPLETO
- 2- CONTATO?
- 3- IDADE?
- 4- GÊNERO?
- 5- CIDADE DE ORIGEM?
- 6- QUAL SUA COMUNIDADE DE ORIGEM?
- 7- SE MARCOU OUTRA QUAL?
- 8- QUANDO INGRESSOU NA REPÚBLICA DE ESTUDANTES?
- 9- QUAL O CURSO DE FORMAÇÃO ESCOLAR FEZ DURANTE A RESIDÊNCIA?
- 10- JÁ FOI ESTUDANTE DE ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA?
- 11- QUAL ENTIDADE/OU GRUPO LHE INDICOU PARA A REPÚBLICA?
- 12-APÓS A REPÚBLICA, VOCÊ TEVE/TEM ATUAÇÃO SOCIAL EM ALGUM ESPAÇO? SE SIM, QUAIS?
- 13-CASO VOCÊ TENHA MARCADO OUTROS NA RESPOSTA ANTERIOR, QUAIS ESPAÇOS VOCÊ ATUOU/ATUA?
- 14-QUAIS APREDIZADOS MAIS SIGNIFICATIVOS ESSE PERÍODO DE REPUBLICA TROUXE PARA SUA VIDA?
- 15-ATUALMENTE, QUAIS ATIVIDADES (TRABALHO, ESTUDOS E OUTRAS AÇÕES) VOCÊ ESTÁ DESENVOLVENDO E ONDE?
- 16-NA SUA COMUNIDADE, OUTRAS/OS JOVENS TIVERAM A OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR DE PROJETOS DE APOIO A EDUCAÇÃO COMO ESTE? QUAIS E QUEM FINANCIAR/OU?
- 17- APÓS A REPÚBLICA, QUAIS MUDANÇAS ACONTECERAM EM SUA VIDA?

APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA
(COORDENAÇÃO DOS JOVENS)

- 1- QUANTOS JOVENS POR TURMA?
- 2- POSSUE UM REGIMENTO INTERNO OU PLANO PEDAGÓGICO?
- 3- QUAIS OS DESAFIOS DE MATER OS JOVENS NO CENTRO?
- 4- COMO É CONSTITUIDO O CENTRO DE FORMAÇÃO? (COORDENAÇÃO, DINÂMICA DA RESIDÊNCIA, NECESSIDADES BÁSICAS DOS JOVENS, ESTUDO, TAREFAS, LAZER, FONTE DE RENDA ETC).
- 5- COMO FUNCIONA A ESCOLHA E SELEÇÃO DO JOVEM PARA INGRESSO NO CENTRO? CRITÉRIOS?
- 6- ORIGEM DAS JUVENTUDES QUE COMPÕEM AS TURMAS?
- 7- QUAIS OS CURSOS E/OU FORMAÇÕES SÃO OFERTADOS AOS JOVENS DURANTE SUA RESIDÊNCIA NO CENTRO?
- 8- COMO SE DA AS RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS JOVENS?
- 9- COMO OCORRE A RELAÇÃO DOS JOVENS E SUAS COMUNIDADES DE ORIGEM?
- 10-AO LONGO DESSES 28 ANOS QUANTOS JOVENS JÁ FORAM FORMADOS PELO CENTRO?
- 11-QUANTOS DESSES INTEGRAM OU JÁ INTEGRARAM O QUADRO DE COLABORADORES NO IRPAA?

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA**(PRESIDENTE DO IRPAA)**

- 1- COMO SURTIU O CENTRO DE FORMAÇÃO DOM JOSÉ RODRIGUES?
- 2- POR QUE DOM JOSÉ RODRIGUES?
- 3- QUAL O PERFIL E A MISSÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO?
- 4- POR QUE CONSIDERA IMPORTANTE A FORMAÇÃO DOS JOVENS?
- 5- QUAL SUA CONTRIBUIÇÃO NO PROCESSO DE PROTAGONISMO JUVENIL?